

ESSENCIAL
PADRE
ANTÔNIO VIEIRA

Organização e introdução de
ALFREDO BOSI



A chave dos profetas*

- * Original extraído de *La Clavis prophetarum di Antonio Vieira: Storia, documentazione e ricostruzione del testo sulla base del ms. 706 della Biblioteca Casanatense di Roma*. Prefácio e organização de Silvano Peloso. Viterbo: Sette Città, 2009. (N. E.)

A chave dos profetas, que explica o verdadeiro sentido deles para obter o justo entendimento do reino de Cristo realizado na terra, elaborada pelo padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, mas, em razão de sua morte prévia, não terminada nem retocada com última mão. Obra póstuma e em extremo esperada pelo Colégio da Bahia e enviada inteira ao reverendo nosso padre Tirso Gonzalez, preposto-geral da nossa Companhia, no ano de 1699.

Da realização do reino de Cristo na Terra*

TRÊS LIVROS

A respeito da realização do reino de Cristo, contando com a ajuda Dele, discutiremos todas as questões, dividindo-as em três livros: o primeiro tratará do reino em si; o segundo, de sua realização na Terra; o terceiro, do tempo, em que tempo, quando se realizará e quanto tempo durará.

LIVRO I

[Casnedi**] *O primeiro livro, completo em todas as suas partes, consta de onze cadernos, divididos em doze capítulos: trata de Cristo Nosso Senhor, enquanto detentor do poder de reinar.*

CAPÍTULO I

[Casnedi] *No primeiro capítulo, o autor demonstra, com diversas argumentações, a autoridade real de Cristo: primeiro, enquanto prefigurada já no início do mundo; segundo, enquanto preanunciada nos salmos; terceiro, enquanto profetizada pelos profetas; quarto, enquanto manifesta no Novo Testamento.*

O reino de Cristo, o que se supõe sobre ele, a partir de quê, por que razão, de que modo é comprovado?

Embora, entre todos os fiéis, Cristo seja reconhecido como o melhor e

mais excelente rei e, sobre seu reino e império que, como nós provamos, um dia se realizará, sobre isso, que nenhum cristão venha a ter dúvidas porque, nos restantes mistérios da fé ortodoxa, é preciso não só crer, mas também reconhecer-lhes os princípios e as razões da crença. Por esse motivo julgamos adequado, no exórdio de toda discussão sobre o reino de Cristo, estabelecer mais profundamente a verdade de seu reino, para que não pareçamos querer erigir a massa de tão grande edifício cuja grandeza e altura depois se fará visível, sem antes lançar-lhes os fundamentos. Mas, frente a um assunto tão distante de nossos sentidos, onde buscaríamos um fundamento certo e sólido, a não ser na palavra de Deus? Tendo, portanto, nas divinas Escrituras, num e noutra Testamento, os testemunhos mais iluminados pela concordância em tom e sentido, mostraremos o reino de Cristo desde o início do mundo: em primeiro lugar, prefigurado nos patriarcas e reis, depois decantado nos salmos, em seguida, prefigurado nos patriarcas e reis e, por fim, expresso no Evangelho e Novo Testamento.

O REINO DE DEUS PREFIGURADO NOS PATRIARCAS

As figuras do Velho Testamento mais dizem respeito ao ornato que à comprovação eficaz, a menos que tenham sido expostas por autor canônico. Por essa razão, aqui não apresentamos nenhuma delas, a não ser que tenha sido comprovada por intérprete sacro. (Gn 26): “Façamos o homem (disse Deus) à nossa imagem e semelhança, e que ele governe os peixes do mar, as aves do céu, os animais e toda a terra”. Assim, Deus pôs o homem à frente de todo o universo. E esta foi a primeira monarquia do mundo e a primeira figura do reino de Cristo. Assim, o douto Paulo (1Cor 15,16 e, de novo, em Hb 2,8 onde entende como referentes ao reino e império de Cristo as palavras do salmo 8,7): “Com glória e honra o coroaste e o colocaste acima das obras de tuas mãos: tudo colocaste sob os pés dele, todas as ovelhas e bois e, mais que isso, o gado também”. Na verdade, como alguns entenderam, essas palavras parecem ditas a respeito de Adão; na verdade, porém, foram escritas a respeito de Cristo e de seu império sobre todas as criaturas. De Adão, sim, enquanto tipo; de Cristo,

enquanto protótipo. Tertuliano disse (“Sobre a ressurreição dos corpos”, cap. 5): “Toda vez que a argila era moldada, Cristo era pensado como o homem que viria”. Portanto, como no barro a humanidade de Cristo, na respiração a divindade, no sono a morte, na costela a chaga do lado, em Eva a Igreja, assim, no principado e monarquia do universo, deixam-se ver entre sombras o reino e império de Cristo. Esse é o pensamento do douto Paulo, ou antes, de Davi, explicado por Paulo, ensinam Santo Agostinho (num comentário ao mesmo salmo), Crisóstomo, Eutímio, Cassiodoro, Remígio, Roberto, Bernardo e todos os salmos (passim) e intérpretes de Paulo.

De forma alguma, entretanto, aqui devem ficar de lado as agudas observações de Agostinho sobre essas palavras: “Que coisa é o homem, dele o que tens na memória, ou o filho do homem, já que o tens sob teus olhos? Na realidade, entretanto”, diz ele,

quando soam as palavras homem ou filho do homem, manifesta, uma distância se insinua. Isso, seguramente, deve ser mantido na memória, porque todos os filhos do homem são homens, embora nem todo filho do homem possa ser tido como filho do homem. Homem, portanto, nessa passagem, significa terreno; mas, filho do homem, celeste. Aquele, longe, separado de Deus, este, na presença de Deus; por isso, daquele se lembra como de quem está num lugar longínquo, a este mantém sob seus olhos e, presente, ilumina-o com a sua face. O primeiro filho do homem, portanto, é visto no próprio homem, no Senhor, nascido da Virgem Maria. A respeito dele, por causa da própria fraqueza da carne e da humilhação da paixão, com acerto se diz o seguinte: Tu o fizeste pequeno, um pouco menos que os anjos, mas foi-lhe dado aquele brilho com que ressurgiu e subiu aos céus. Com glória (diz) e honra o coroaste e o constituíste acima das obras de tuas mãos etc.

Depois de Adão, a segunda coroa, a que prefigurou Cristo reinante, foi a de Melquisedec, rei de Salém (Gn 24), confirma-o com eloquência o mesmo Apóstolo (Hb 7,1):

Este aqui [disse], Melquisedec, e sacerdote de Deus altíssimo que saiu ao encontro de Abraão, quando ele regressava do combate contra os reis e o abençoou. Foi a ele que Abraão entregou o dízimo de tudo. E o seu nome significa, em primeiro lugar, “Rei da Justiça”, depois “Rei de Salém”, o que quer dizer, “Rei da paz”. Sem pai, sem genealogia, nem princípio de dias, nem fim de vida! E assim que se assemelha ao Filho de Deus.

Ora, Paulo assinala quatro indicações principais dessa semelhança. A primeira, o ofício e o étimo do nome, pois, segundo um e outro, foi Rei da Justiça. A segunda, no nome e no ofício, pois, num e outro, foi rei de Salém, isto é, da paz. A terceira, na geração, um e outro não tiveram nem pai nem mãe. A quarta, na idade e duração, pois, em ambas, induz-se como eterna. Comentário de Cornélio aos Hb 7,1 e Gn 24.

Que direi, caso te inclines a dúvidas? Como pode o apóstolo dizer de Cristo e de Melquisedec que eles não têm pai, não têm mãe? De Cristo a resposta é fácil, porque nem no Céu tem mãe, nem pai na Terra. Sobre Melquisedec, porém, todos os intérpretes, em consenso, seguindo Crisóstomo, Nazianzeno e Ambrósio, respondem que isso foi dito por Paulo, porque nas Escrituras não há menção de pai ou de mãe de Melquisedec. A essa resposta, porém, que evidentemente é obscura e difícil, devemos acrescentar alguma luz com que se esclareça por que se disse de Melquisedec que ele não teve nem princípio nem fim. Afirmo, portanto, que a razão, no seu todo, deve ser assumida a partir da própria natureza do tipo ou figura. De fato, como o pintor, que quer dar a forma verdadeira à efígie de alguém, deve expressar todos os traços que ele tem e omitir os que ele não tem, assim também Moisés, instruído pelo Espírito Santo, ao delinear a imagem de Cristo, Deus e Homem em Melquisedec, porque Cristo não tinha pai nem mãe como Deus, deliberadamente, absteve-se de evocar o pai e a mãe de Melquisedec; ainda, porque Cristo não teve princípio e não teria fim, de modo semelhante, absteve-se de escrever sobre o nascimento e morte de Melquisedec, a fim de que o tipo todo, ponto por ponto, em tudo correspondesse à figura exemplar. Assim, não, porque Melquisedec não tivesse tido pai e mãe, foi figura de Cristo, mas, porque era figura do Cristo, deles não houve menção. Imagina que um mesmo artista queira representar um homem sem um pé e uma das mãos, na imagem de um homem inteiro ou (o que dá no mesmo) queira que a

imagem de um homem inteiro ou (o que da no mesmo), quer a imagem de um homem inteiro, pintada numa tela, se ajuste à imagem de um homem mutilado, sem um pé e sem uma mão; o pintor, nesse caso, por certo encobrirá e ocultará, com uma superposição de cores, a mão e pé de um homem íntegro retratado na tela, para que a imagem não resulte diferente do modelo proposto. Precisamente assim, fez Moisés para fazer de Melquisedec uma figura de Cristo. Para representar o eterno no humano, calou o nascimento e a morte; para figurar alguém sem pai e sem mãe deixou encobertos seus pais. Eis o que diz Paulo: “Para assemelhá-lo ao Filho de Deus”, com seus olhos trespassou o mistério da Escritura e abriu a mente de Moisés que, para levar a termo a figura, desprezou a história. Além disso, Moisés acrescentou a etimologia do nome e do reino: “Em primeiro lugar, na verdade, que é interpretado como rei da justiça, depois, rei de Salém que é rei da paz”, para que, no rei pacífico e justo, o reino de Cristo, justo e pacífico, fosse previamente mostrado.

Outra imagem de reino de Cristo, célebre nos primeiros tempos, foi o reino davídico. Em seu reino, a semelhança de Davi com Cristo era tanta que, ao falar sobre Cristo como rei ou futuro rei, os profetas não poucas vezes o chamaram Davi, como se fosse nome próprio dele. Assim, Os 3: “Procurarão a Javé, seu Deus e a Davi, seu rei”. E Jr 30: “Servirão a Deus, seu Senhor e a Davi, seu rei”. E Ez 37: “Deles meu servo Davi é rei”. Na verdade, quer volte o teu olhar para os nascidos da tribo real de Judá, ou para a múltipla unção e sagração do reino, ou para a admirável coragem unida à suma mansidão, ou para as perseguições que, primeiro de Saul, depois, de outros cruéis inimigos, em casa e fora dela, ele sofreu, ou para as riquezas e tesouros imensos amontoados para edificar a casa de Deus, ou para a vitória sobre o muito soberbo filisteu, não com ferro e armas militares, mas com funda e báculo buscada, ou, enfim, para a posse do próprio reino, de forma alguma, alcançada de uma só vez, mas sempre de forma gradual, crescendo e ascendendo manifesta, até a suma amplitude, a própria série de feitos mostra que Cristo foi delineado por Deus em Davi e, de modo maravilhoso, o reino dele no de Davi. Esses indícios foram coligidos num compêndio e, os padres meditam cá é lá sobre a harmonia entre um e outro reino: Agostinho (“Sobre a monarquia de Davi com Golias”, homil. 31), Ambrósio (“Sobre os deveres”, cap. 35 e salmo 118), Crisóstomo (*Penes* e homilia sobre Davi e Saul, hom. 46), Euquério,

Bernardo, Basílio, Seleuco e Roberto, o mais minucioso de todos.

Por fim, temos o reino de Cristo figurado no reino de Salomão que, pelo renome, sabedoria, construção do templo, culto e majestade real, nisso tudo, foi imagem clara e luminosa figura de Cristo a ponto de alguns, contra os quais escreveram Justino (“Diálogo contra Trifão”), Ambrósio (“Apologia 1 sobre Davi”) e Agostinho (*Civitate*, livro 7, cap. 8), cegos diante de tanto esplendor, terem acreditado que Salomão em pessoa fosse Cristo. Contra, porém, esses adoradores de Salomão, que apologia melhor haveria que o próprio Salomão que, manchado por tantas infâmias, não só obscureceu a fama e majestade de seu nome, mas também disso perdeu consciência, corrompeu a natureza e quase extinguiu a própria imagem de homem?

É necessário, entretanto, advertir e observar com máximo rigor (para que, numa única vez, a advertência prévia valha para casos ulteriores) que, por causa disso, Salomão não deixou de ser figura de Cristo. Ao contrário, também ele quanto mais se afastou do protótipo, mais se aproximou do tipo, pois onde perdeu a semelhança moral, aumentou a típica. “O rei Salomão, de fato, amou muitas mulheres estrangeiras”, diz o texto sagrado (2Reg. 11); mas porque, de modo excessivo, amou profundamente mulheres estrangeiras, prefigurou o excesso de amor com que Cristo, por ele abrasado, aos gentios uniu a si pela fé e caridade para as núpcias imortais. Daí Agostinho (“Contra Fausto”, livro 22): “Não me ocorre de pronto”, diz, “pelo menos numa alegoria, o que venha a significar essa lastimável perversão do rei Salomão, a não ser que alguém diga que as mulheres estrangeiras por cujo amor ardera significam as Igrejas eleitas entre os gentios”. Assim diz Agostinho, a seu modo, duvidando com moderação, mas afirmando. Ele mesmo, de novo, afirmou (*Civitate*, livro 22, cap. 8) onde diz: “Salomão, por uma sombra do futuro prenunciava Cristo, não O mostrava”. Isto é, na ação, porque torpe, mas, prenunciava na sombra, porque semelhante. Nem é raro, de fato, que a mesma árvore possa oferecer frutos maus e boa sombra. Tal era Salomão e, às vezes, o pai de Salomão de cujo adultério com Betsabel assim filosofou o mesmo Agostinho, no livro já citado contra Fausto: “Esse Davi, grave e criminosamente, pecou; apesar disso, porém, esperado por todos os povos, amou muito a Igreja e, lavando-se mais que à sua casa, ao purificar-se da sordidez do século pela contemplação espiritual, transcendeu e, com os

pés, pisou seu lar enlameado”. Voltando seus olhos para essa passagem, Ambrósio (“Sobre Lucas”, livro 3) breve e elegantemente disse: “Mistério na figura, pecado na história, culpa pelo homem, Sacramento pela palavra”. Nessa passagem, creio eu, Ambrósio reconheceu a energia do mistério porque, como Davi assumiu em seu leito uma mulher alheia, assim o Verbo, para sua hipóstase, assumiu uma natureza alheia. Por isso, portanto, com muita frequência, vemos Ágata ou Catarina, virgens puríssimas, sob aplauso, serem representadas por mulher impudica, mas eloquente e, como não escrevemos luz com o ouro, ou sangue com o cinabre, mas até neve, sem injúria ao candor, escrevemos com a tinta negra, assim também Deus, sem prejuízo da inocência e majestade, delineou o Santo no pecador, o Filho no servo mau e o ótimo rei no péssimo, isto é, delineou Cristo em Salomão.

Finalizemos, porém, o símbolo no qual, além das semelhanças mais gerais indicadas no princípio, Roberto acrescentou mais duas que, embora cultor da concisão, não quero ficar devendo ao leitor. Salomão recebeu a herança do trono paterno, quando ainda seu pai vivia (3Rs 1). Isso, muitíssimo bem o engenhoso abade refere a Cristo: “Enquanto o Pai ainda vivia é feito rei porque, certamente, quem o constituíra rei, Deus Pai, nunca morre. Quem”, digo, “a ele constituiu como rei, herdeiro de tudo, nunca morreu nem nunca morrerá; é tido também como admirável e único, nunca herdeiro de um morto, nunca herdeiro de um pai que vai morrer. Cristo morreu uma só vez, e reviveu, nunca mais morrerá”. E pouco abaixo diz: “Nem falta”, diz,

mistério naquela afirmação: os servos agradecem e bendizem ao rei, seu Senhor. Que o Senhor, dizem, engrandeça o nome de Salomão acima de teu nome. Antes, Deus só era conhecido na Judeia; depois, porém, que o Filho de Deus recebeu o reino, em todos os povos é pregada a glória tanto do Pai quanto do Filho; cumpriu-se esta profecia: Exaltai a Deus acima dos céus e acima da terra toda a terra a tua glória (salmo 107).

Assim Roberto. Mais Agostinho (salmos 71 e 126), Gregório Magno e Gregório de Nissa e Bernardo (sobre os Cant. cap. 4), Jerônimo (salmo 44), Irineu (livro 4, cap. 22) e outros. Entretanto, já que prometi

comprovar todas as figuras pelo testemunho de autor canônico, aqui é pertinente citar todo o salmo 71, que no seu todo é sobre o reino de Cristo e é atribuído a Salomão. Também o salmo 88 em que muito do que é dito sobre o reino de Salomão Paulo entende como dito sobre Cristo (aos Hebreus 1) e o Cântico dos Cantos cap. 4, onde Cristo rei, sob o nome de Salomão é proposto como o esperado: “Saí, filhas de Sião, e vede o rei Salomão com o diadema com que o coroou sua mãe”.

Isso basta a respeito sobre o reino de Cristo em figura cuja amplidão vem à luz no reino de Adão, no de Melquisedec a justiça, no de Davi a solidez, no de Salomão a paz, qualidades que são unicamente do reino de Cristo.

O REINO DE DEUS DECANTADO NOS SALMOS

Aos salmos, não só os separamos de Moisés e livros históricos, mas os ponho em separado dos outros profetas, seguindo o método de Cristo, que aos testemunhos do velho instrumento que dele falou distribuí com essa partição: “Palavras”, disse, “que de mim foram ditas na lei e também nos Salmos e Profetas” (Lc 24).

Salmo 2,6: “Ora, por ele fui consagrado rei sobre Sião, seu monte sagrado”. Essas palavras sobre a fé foram ditas sobre Cristo e por Cristo em pessoa, isso ensina Paulo (Hb 1 e 5). Ora, Cristo fala de seu reino, não enquanto Deus, mas enquanto Homem e, por isso, diz sublinhando: “Fui consagrado”. Ora, Cristo (como Teodoreto comenta essa passagem) “como Deus, tem inato o reino, como Homem, recebeu-o por uma decisão”.

Salmo 5,3: “Ouve a voz de minha oração, meu rei e meu Deus”. Assim Agostinho explica essa passagem: “Embora o Pai seja Deus e o Filho seja Deus e, ao mesmo tempo, Pai e Filho, um só Deus, ainda que interroguemos sobre o Espírito Santo, nada outro se deva entender, a não ser que há um só Deus, embora ao Filho as Escrituras costumem chamar rei”. Isso diz ele. O que diremos, se buscarmos a causa dessa denominação e por que ao Filho, mais que ao Pai ou Espírito Santo, esse nome régio, dignidade e poder é atribuído? Responde João (5,22): “O Pai delegou ao Filho todo julgamento, porque é Filho do homem”. É, de fato, muito

adequado a uma comunidade racional que rei e súditos sejam da mesma natureza. Daí Aristóteles (*Política* 1) dizer: “O rei deve ser do gênero daqueles sobre os quais tem o principado, pois, assim, será muitíssimo grande o mútuo amor do rei e dos súditos”. Mais que isso, o próprio Deus disse (Dt 17): “Não poderás fazer rei um homem de outra estirpe, a não ser que seja teu irmão”. Isso não é de admirar, porque com frequência vemos que homens de reinos estrangeiros sacodem o jugo e, se não podem, duramente e a contra gosto o suportam. “Por isso, portanto, Cristo (disse Incógnito), para que de forma mais apropriada se fizesse nosso rei, quis ser do nosso gênero, quando assumiu nossa natureza.”

Salmo 43,5: “És tu mesmo, meu rei e meu Deus, que decides as vitórias de Jacó”. Ele mesmo, de quem e com quem fala Davi, Ele mesmo, digo, é chamado Deus, Ele mesmo, Salvador, portanto, Cristo. Já que, na verdade, essas três noções, Salvador, Deus e rei, aplicadas a um só sujeito, não podem convir simultaneamente a ninguém, se não a Cristo somente. A ninguém, digo eu, nem ao homem, nem ao anjo, nem ao Pai, nem ao Espírito Santo, mas só ao verbo, depois que se fez carne. Verbo, sim, antes que se fizesse carne; Deus, que era rei, é Salvador; e Cristo que é rei porque é Deus, é rei, porque Salvador.

Salmo 44,1: “Meu coração lança fora o bom verbo, digo minhas obras ao rei”, isto é, ao Cristo Homem, como fica patente no contexto de todo salmo, principalmente no vers. 3: “És o mais belo dos filhos dos homens, a graça se espalha em teus lábios”. Aí tens a humanidade e graça de que só em Cristo a humanidade é capaz. E vers. 8: “Por isso te ungiu Deus, o teu Deus”: só Cristo como homem foi ungido rei. É, porém, muito notável aquela repetição que alude à posse: “Deus, teu Deus”. Deus, de fato, não é Deus do verbo como verbo, mas é Deus de Cristo. Daí, na cruz Ele não está como verbo, na medida em que é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; mas como Cristo, na medida em que é verdadeiro Homem, “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mc 15). Depois, portanto, que assumiu a humanidade, Deus ganhou uma nova e admirável denominação, para que pudesse ser chamado Deus de Deus, o que muito melhor se entende pelo mesmo texto, se atentarmos à palavra Deus, no grego na primeira vez colocado no vocativo, para que o sentido seja: Ungiu-te, ó Deus, teu Deus. Ouçamos, porém, Agostinho: “Como se dissesse, (diz), Ungiu-te, ó tu, Deus, teu Deus. Assim recebi, assim, entendei, assim em

grego está muito evidente. Logo, quem é Deus ungido por Deus? Que o digam a nós os judeus. Essas Escrituras nos são comuns. Deus foi ungido por Deus. Ouves ungido, entende Cristo. Na verdade, Cristo pelo crisma”. E pouco abaixo:

Deus foi ungido para nós e foi enviado para nós; e o próprio Deus, para que fosse ungido, era homem. Mas, era homem de tal forma que fosse Deus; de tal forma era Deus que não desdenhasse ser homem. Verdadeiro homem, verdadeiro Deus, em nada enganador, em nada falso, porque onde veraz, aí a verdade. Deus homem, portanto, e por isso, ungido Deus, porque é Deus homem e se fez Cristo.

Salmo 71,1: “Deus, dá teu julgamento ao rei e tua justiça ao filho do rei”. Diz rei e filho do rei, mas, pelas palavras rei e filho do rei, em ambos os casos, está indicado o mesmo Cristo. O mistério expresso por essa repetição ou adição assim é interpretado por Genebrardo: “A quem (diz) chamara rei, agora chama filho do rei, para que àquele que, do sêmen de Davi, foi feito segundo a carne (Rm 1), ninguém entenda Davi quem, sim, foi rei, mas não filho do rei”. Essa argumentação, não desprezível, aliás, desagrade porque se, pelo nome de filho do rei, se entende Davi, pelo nome de filho do rei, pode-se entender Salomão que, verdadeiramente, foi rei e filho do rei. “Jessé gerou o rei Davi e Davi gerou Salomão.” Como, porém, quase todas as qualificações apregoadas de modo magnífico, por todo o salmo, é muito evidente que, de modo algum, elas se referem a Salomão, mas só a Cristo e a seu reino podem adequar-se merecidamente. São Jerônimo, outros padres e intérpretes mais recentes ensinam que este versículo deve ser entendido como referente a Cristo rei, sob o nome e tipo de Salomão e de seu vastíssimo reino. Entretanto, os títulos, filho do rei, com maior segurança e adequação, referem-se à filiação eterna de Cristo que foi a raiz primeira do império, do poder e do reino de Cristo, como se verá no texto referente.

Do mesmo Cristo rei e de seu reino fala o salmo 17,51: “Engrandecendo as salvaçãoes e seu rei e fazendo misericórdias a Davi, seu Cristo”. E salmo 62,12: “O rei, porém, se alegrará em Deus, alegrar-se-ão todos que por ele juram”. E o salmo 144,1: “Exaltar-te-ei, Deus meu rei, e bendirei teu nome

no século”. E o salmo 149,2: “Alegre-se Israel nele, que o fez, e os filhos de Sião exultem no seu rei”. Quanto a essas citações, basta apontá-las já que são as mais claras e suficientemente explicadas nas obras de intérpretes comuns.

O REINO DE CRISTO PRENUNCIADO PELOS PROFETAS

Conduza o exército Daniel, profeta verdadeiramente régio pelo sangue e ofício, a quem foi confiado o cuidado de administrar os maiores reinos por todas as idades do mundo e de pregar, principalmente, de maneira mais clara e sublime, o reino do rei dos reis.

Capítulo 2 (44): “Nos tempos”, diz, “daqueles reinos, Deus suscitará o reino do Céu que, por toda a eternidade, não dissipará; e o reino dele não será entregue a outro povo. Todos esses reinos, porém, perecerão, mas ele ficará de pé eternamente”. A esse texto tiveram como referente ao Messias todos os intérpretes, antes e depois dele, isto é, tanto os hebreus quanto os cristãos, sempre e também hoje (só discrepando quanto ao tempo). Já que a repetição da mesma visão é indício de firmeza, como José expôs ao Faraó (Gn 41), o mesmo reino foi mostrado a Daniel uma segunda vez, representado por uma visão diferente, mais clara e mais luminosa (7,14). Nessa passagem, diz assim: “Eu, portanto, estava em contemplação numa visão noturna e eis que, com as nuvens do céu, vinha como que o Filho do homem e chegou até o ancião dos dias e o levaram diante dele. Deu-lhe o poder, honra e glória e todos os povos, tribos e línguas o servirão: o poder, eterno que é, não lhe será tirado e seu reino não se corromperá”. Aí vê-se que aquele a quem foi dado o reino é o filho do homem, clara e verdadeiramente aquele Cristo que concedeu que ele fosse o ancião dos dias, isto é, o Pai eterno, que o fez “herdeiro de todas as coisas” (Hb 1). Enfim, feito o cálculo por setenta semanas, Daniel indica o tempo determinado por Deus em que o senhor desse reino deverá ser empossado e ungido. “E seja ungido (disse) Santo dos Santos.” Essa noção, a saber, da suprema e superexcelentíssima Santidade, como diz o douto Dionísio, não pode convir a nenhum homem, a não ser a Cristo cujo nome o próprio

profeta não calou (vers. 25): “A partir do fim de suas palavras, até Cristo, o guia”; e vers. 26: “Depois de sessenta e duas semanas Cristo será morto”. Nem estranhe o leitor que, nessa passagem, ele não seja chamado rei, mas condutor, pois um e outro se equivalem. Nisso Daniel aludiu claramente ao profeta Miqueias, mais velho que ele, que, de acordo com a interpretação de Mt 2 dissera: “E tu, Belém, terra de Judá, de forma alguma és a menor dentre as terras de Judá porque de ti sairá o condutor que reinará sobre Israel, meu povo”. Sobre o mesmo reino de Cristo, frequente e fartamente, prenunciou Isaías (9,6): “Pequenino, [diz] nasceu para nós, um filho nos foi dado e sobre seus ombros foi posto o principado e será chamado admirável conselheiro do Deus forte, Pai do futuro século, príncipe da paz. Seu império se multiplicará e a paz não terá fim; sobre o trono de Davi e sobre o seu reino se assentará para que o confirme e fortaleça no juízo e justiça”. As primeiras palavras comentam com evidência suficiente as últimas. Sobre elas, porém, devem ser ouvidos Eusébio Emisseno e Tertuliano. O primeiro deles diz:

Dado, portanto, quem da divindade nascesse de Maria Virgem; nascido, quem não sentisse morte; dado, quem não conhecesse início; nascido, quem fosse mais jovem que a mãe; dado, quem não tivesse Pai mais velho que ele; nascido, quem morresse; dado, de quem a vida nascesse; e, assim, quem era, foi dado; quem não era, nasceu, lá exerce o domínio, aqui é humilhado; reina para mim e combate por mim.

Essas palavras Emisseno pronunciou com elegância (homil. 1). Tertuliano, porém, diz (contra os judeus): “De um modo geral, que rei carrega a insígnia de sua dignidade no ombro, e não, na cabeça a coroa ou, na mão, o cetro? Só o novo rei dos novos séculos, Cristo Jesus, a sua nova glória e sublimidade, a saber, a Cruz, levou no ombro para que, segundo a profecia de Davi, viesse a reinar”. Mais uma vez, Isaías (11,1): “Um ramo sairá da raiz de Jessé e a flor de sua raiz ascenderá e descansará sobre ele (isto é, Cristo) o Espírito do Senhor”. Pelo ramo e flor até os próprios rabinos entendem o cetro reflorescente. Ora, fala-se do cetro ou ramo que haveria de sair da raiz de Jessé, porque a casa de Davi, da qual o reino tinha sido separado, era como que a raiz seca e quase morta da qual Cristo

viria a brotar, no dizer do anjo à Virgem: “A ele o Senhor Deus dará a sede de Davi, seu Pai, e reinará na casa de Jacó eternamente”. Sem dúvida alguma, renovado em Cristo o cetro de Judá, sobre o qual, ao morrer, Jacó predissera: (Gn 49): “O cetro não será tirado de Judá, até que venha aquele que deve ser enviado e ele será a esperança dos povos”. Esse é o verdadeiro sentido das palavras de Isaías, daquele ramo e flor que haveriam de brotar, passagem que a paráfrase caldeia assim reproduz: “Dentre os filhos, Jessé foi ungido e Cristo será ungido dentre os filhos dele”.

O mesmo disse Isaías (33,17): “Ao rei, em sua beleza, nossos olhos verão”. Nossos olhos, digo eu, que não podem ver a Deus. Quem, na verdade, será esse rei que não foi visto antes e depois virá a ser visto, declara imediatamente o próprio profeta, dizendo: “O Senhor é nosso juiz, o Senhor é nosso legislador; ele nos salvará”. Com essas palavras de cores quase naturais e verdadeiramente suas, descreve Cristo como o Senhor legislador, rei e Salvador e, como algo maior que qualquer milagre, prometeu “que o veríamos com nossos olhos em sua beleza”. Na verdade, de fato, com nossos olhos o vimos com sua beleza, quando “vimos sua glória, como do unigênito do Pai, cheio de graça e verdade”. Enfim, 52, 6: “Por isso”, diz Isaías, “o meu povo saberá o meu nome naquele dia, porque saberá que sou eu quem diz: ‘Estou aqui’. Quão belos, são sobre os montes os pés do que prega e anuncia a salvação, dizendo: Sião, teu Deus reinará!”. Essa profecia Paulo (Rm 5) entendeu como referente a Cristo e seu reino por meio do Evangelho. Em primeiro lugar, portanto, o profeta predisse o nome de Deus, para que fosse sabido e conhecido pelo povo que antes o ignorava, o nome do Filho: “Conhecerá o meu povo o meu nome”. De fato, embora os próceres da velha lei conhecessem que Deus tinha um Filho e que esse era o Messias prometido, o povo isso ignorava totalmente. Depois prediz o mistério da Encarnação e de Deus na terra visível: “Eu que estava falando, eis que estou aqui”; pois o próprio Deus que outrora “falava nos profetas, muito recentemente falou-nos no Filho”; ou melhor, o próprio *verbo* do que fala e, ao falar, “fez-se carne, para que habitasse entre nós”. Em terceiro lugar, predisse o Evangelho e a pregação do Evangelho no mundo todo: “Quão belos são os pés do que anuncia e prega a paz, anunciando o bem, pregando a salvação”; ou, como do hebraico traduziram Procópio e Eusébio: “do que prega Jesus”. Por último predisse

o reino de Cristo e que o reino predito tinha seu início no monte Sião: “Ora, Eu fui instituído rei por ele sobre Sião, seu monte santo; por isso, à própria Sião devem ser deferidas tamanhas congratulações. Dizendo Sião (isto é, para Sião) reinará o teu Deus”. Não Saul, não Davi, não Salomão, mas *Deus*; nem um Deus alheio ou estrangeiro, mas *teu*, isto é, da tua gente. Essas palavras disse Isaías.

Jeremias também e Ezequiel, sobre o reino de Cristo, nada deixaram em silêncio (23,5): “Eis que virão os dias e suscitarei um germe justo para Davi; um rei reinará, será sábio e fará o juízo e a justiça na terra”. Nesta passagem, é preciso que estejamos atentos ao fato de que a palavra Davi está no caso dativo, como está patente na língua hebraica; daí, o sentido é: Deverá ser suscitado para Davi um germe justo, seguramente Cristo, que é Filho de Davi. “Como que se dissesse”, diz Sancho, “ainda que os filhos de Davi, a quem Deus depôs do trono real de maneira ignominiosa, fossem ímpios e criminosos, mesmo assim, um dia nascerá para ele um filho justo e sábio, isto é o Messias que julgará e fará justiça na terra, isto é, não só na terra da Judeia, mas também, em todo orbe da terra.” Passo a Ezequiel (34,23), voltando logo para Jeremias. Diz Deus: “Para elas suscitarei um pastor que as apascentará; ele as apascentará e ele lhes servirá de pastor. Eu, o Senhor, porém, para elas serei Deus e meu servo Davi, no meio delas, o primeiro”. E (37,22): “E os farei um único povo na terra, nos montes de Israel; e haverá para eles um só rei com poder”. E 24: “E Davi, meu servo, será rei sobre eles e único pastor deles”. A esses textos, não só os doutores cristãos, mas também os mestres dos hebreus entendem como referentes ao reino do Messias; é, porém, indubitável que o próprio Cristo, ao falar de si, frequentemente aludiu a essas passagens (Jo 1,9 e 12). Ainda hoje, entretanto, não faltam judeus que, por sua cegueira, usando mal essas passagens, por uma maneira errônea de pensar, creiam e esperem o Messias que virá, não outro qualquer, mas o próprio Davi que, dizem eles, será suscitado por Deus para que reconstrua o antigo reino e, sozinho, impere sobre Israel todo. Desse modo, eles explicam as palavras de Ezequiel: “Suscitarei para elas um só pastor”, e aquelas palavras de Jeremias: “Suscitarei para Davi um germe novo e ele reinará”. Eu, porém, para arrancar essa raiz má e mal fincada, já fiz ver que, no texto de Jeremias, a palavra Davi não está no caso acusativo, mas no dativo, e que o germe que será suscitado não é Davi, mas *para Davi*; se, na verdade, era

do germe e prole de Davi que está predito que viria a ser aquele de quem se prediz que seria suscitado, evidentemente, é Cristo. Abram os olhos, portanto os cegos judeus e leiam Jr 33,14: “Eis que virão os dias, diz o Senhor e suscitarei para a casa de Israel e para a casa de Judá o verbo bom de que falei. Naqueles dias e naquele tempo, farei germinar para Davi o germe da justiça e ele fará o julgamento e a justiça na terra”. O quê, de onde? Davi, portanto, será suscitado? Ele? Não! Leiam depois 19: “Porque o Senhor diz estas palavras: Não faltará a Davi um descendente que se sente no trono da casa de Israel”. Aquele, portanto, que se sentará no trono de Davi, não é Davi, mas “o homem de Davi, isto é, de seu sêmen”. E logo depois (20): “Se inválido pode vir a ser meu pacto com o dia e meu pacto com a noite, de modo que, a seu tempo, não seja dia e noite, também meu pacto com Davi, meu servo, poderá ser inválido, de modo que não haja um filho, dele nascido, que reine em seu trono”. E, portanto, filho de Davi e não o próprio Davi, aquele a quem foi prometido que reinaria, Ouçamos, porém, as palavras do próprio pacto de que aqui Deus faz menção: Ei-las. Nós as temos em 2Rs 7 e são as seguintes: “Depois de ti, suscitarei teu sêmen que sairá de teu útero e firmarei o reino dele. Ele edificará uma casa em meu nome e farei estável o seu trono eternamente”. É Davi sêmen de Davi? Davi sairá do útero de Davi? O pacto citado não é de Davi, mas do filho de Davi.

Dirão, talvez, que esse filho de Davi de quem Deus fala é Salomão, que edificou o templo. Mas, ao contrário, porque, quando Jeremias profetizou, esse filho de Davi ainda estava por vir. Diz, na verdade, “naquele dia, farei que Davi germine”. Ora, Jeremias começou a profetizar sob Josias, trezentos e quarenta anos depois da morte de Salomão. Este filho de Davi, portanto, é Cristo que, às vezes, também é chamado Davi, porque Davi foi o tipo dele, como há pouco notamos, a partir do mesmo Jeremias, Isaías e Oseias. Ora, o verbo *suscitar*, nesta passagem, não indica a verdadeira ressurreição em si, mas a metafórica, isto é, *sair de e nascer*, como da semente enterrada são suscitados os germes; desse verbo faz uso o mesmo profeta: “E farei que Davi faça germinar o germe da justiça”. Diz-se também que Deus suscita, quando cumpre suas promessas ou as dos profetas como fica patente a partir do mesmo texto: “E suscitarei a boa palavra que falei à casa de Israel”. Na verdade, as profecias e promessas são como certos cadáveres ou sementes de coisas futuras que, quando

chegam a termo e vêm à luz, como que ressurgem. Daí Ecl 36,17: “Suscita as pregações que, em teu nome, fizeram os profetas anteriores para que teus profetas sejam tidos como fiéis a ti”. Enfim, para que, de todo, faça calar a estupidez desses sectários e eles ouçam o juramento que a seus pais Deus jurou dar-lhes (Sl 131,11): “Jurou Deus a Davi a verdade e não a frustrará; o fruto do teu ventre eu o porei em teu trono”. Não a Davi, mas ao fruto de seu ventre prometeu que o poria em seu trono, mas ao fruto do ventre dele, sem dúvida, Cristo rei. Palavras essas dos maiores profetas.

Os profetas menores que também predisseram algo sobre o reino de Cristo, eu apenas os indicarei. Os 3,5: “E buscarão o Senhor, seu Deus e Davi, seu rei”. Mq 2,13: “E o rei deles passará diante deles e o Senhor estará à frente deles”. E 4,7: “E Deus reinará sobre eles no monte Sião a partir de hoje, agora e até a eternidade. E quanto a ti, torre nevoenta da grei, filha de Sião, a ti virá a autoridade primeira, o reino da filha de Jerusalém”. Zc 9,9: “Eis que a ti virá o teu rei, justo e Salvador. Ele, pobre, virá montado sobre uma jumenta e sobre um burrico, filho da jumenta”. E 14,9: “E o Senhor será rei sobre toda a terra; naquele dia haverá um só Senhor e o nome dele um só”.

O REINO DE CRISTO EXPRESSO NO NOVO TESTAMENTO

Restam os testemunhos evangélicos sobre o reino de Cristo. Seja o primeiro testemunho todo o Evangelho que, por isso, é chamado *Evangelho do reino* (Mc 1). Os outros, mesmo para um Cristão inculto, são tão acessíveis que, de bom grado, deles me abstenho de falar, a não ser que seja forçado por um dever. Assim, entretanto, eu os percorrerei se, com Gregório, eu puder, de modo que não sejam pesados aos que deles têm conhecimento.

O reino de Cristo o primeiro que os pronunciou foi o anjo enviado por Deus; a primeira que o ouviu foi a Mãe de Deus. “O Senhor a ele dará o trono de Davi, seu pai; e reinará na casa de Jacó eternamente e seu reino não terá fim” (Lc 1,32-3). Quando diz casa da lei, entende o orbe; o reino não tem fim, nem as casas, fim. Quando os magos, no meio de Jerusalém,

perguntavam: “Onde está o rei dos judeus que acabou de nascer?”. A Ele proclamaram com um pregão verdadeiramente régio: reis, rei, diante do rei. A majestade que haviam procurado no palácio, eles a encontram numa estalagem. Por um grande prodígio os Magos adoram Cristo, por um maior milagre, a riqueza adora a pobreza. Pagam tributos que, por certo, costumavam receber os reis dos reis. Por quanto tempo Cristo ficou oculto, em silêncio também ficou seu reino no Evangelho. Onde se abriu para o mundo, nobilíssima, irrompeu a confissão de Natanael: “Tu és filho de Deus, tu és o rei de Israel”. Ao seguir Davi, precedeu Paulo, aquele que haveria de dizer: “Porque, se filho, também herdeiro por Deus”. Pela Providência e liberalidade, declarado rei único, no deserto, ganha o benefício aquele que, nas cidades, muitas perdas tivera. Ser-lhe-á atribuído o seu reino, num conselho privado de cinco milhões “que virá para raptá-lo e fazê-lo rei”. Mas, conhecendo as cogitações deles, fugiu para que não parecesse ser feito rei por homens que .¹ Tendo entrado em Jerusalém, num triunfo tanto novo quanto pobre, era saudado como rei por aqueles de quem nada recebera. Seguiam o cortejo ramos cortados das árvores, homens com vestes estendidas no chão, clamores difusos: “Hossana ao filho de Davi, bendito o que vem em nome do Senhor, o rei de Israel”. O povo cantava o rei e ele, chorando o aniquilamento deles, isso comprovava. Transformado o triunfo em juízo, a inveja o faz rei dos reis. Acusam falsas e verdadeiras testemunhas que ele se fez rei: falsamente, porque já antes se tinha feito; verdadeiramente, porque, quando se fez homem, fez-se também rei. Interrogado se seria rei, a Caifás respondeu: “Tu o disseste”; mas a Pilatos: “Tu estás dizendo”, mudado o tempo, ouvido o mistério. Os judeus — também Caifás era judeu — afirmaram o reino de Deus em profecia; os gentios, como Pilatos, isso dizem na fé: “Portanto, tu és rei”? Pilatos intuiu e bem intuiu. Bom lógico, péssimo juiz; sabendo inferir a conclusão, temendo proferir a sentença. Sob um cetro de caniço e uma coroa de espinhos, dele escarnecendo como de um rei falso e inane, adoram-no. Quando, porém, dele zombam e riem, afirmam que é verdadeiro e celeste. Na verdade, o que é o mundo, senão adorar a sério as coisas vãs e as verdadeiras e celestes ridicularizar? Ele a quem a coroa pesa e punge, tornou-se rei, e, sob a coroa pungente, o cetro é leve, é mais que homem. Pouco disse Pilatos, ao dizer: “Eis aqui o homem!”. Tudo disse, quando diz: “Eis aqui vosso rei!”. Não seu, mas dos seus. “Vosso, porque

a vós foi dado”. “Vosso, porque o principado dele está acima dos ombros dele”; impondo a carga a si mesmo, não aos súditos, “carregando a sua cruz”, trazendo-a para nós. “Não temos, (dizem) rei que não seja César”. Ao rei, na verdade, quando o negam, confessam, pois negam “os que erram com o coração”. Eles não têm outro rei que não seja César; mas os Césares não têm rei, senão Cristo. Inscreveram a acusação acima de sua cabeça: rei dos judeus, sob o testemunho de quem estava julgando: “Eu não encontro nenhuma causa nesse homem”. No homem não encontrou, no rei a encontrou. Morre o justo, porque rei; injustamente, porque “rei dos judeus”. Os que quiseram crucificar o rei, não querem um rei crucifixo: “Não escrevam (dizem) rei dos judeus, mas que ele próprio disse: Sou rei dos judeus”. Enganas-te, Judeia, não porque Pilatos escreveu, mas, porque ele próprio disse, nós o cremos rei. Por isso, a iniquidade mentiu para si mesma. Respondeu Pilatos: “O que escrevi, escrevi”. Tu também te enganas, ó Pilatos; não tu, mas, com tua mão, Deus escreveu. Quem por Caifás disse a profecia, por Pilatos escreveu o Evangelho. Com impropérios, instam: “Se é rei de Israel, desça da Cruz e cremos nele”. Ao invés, porque é rei, não abandonará o trono do reino. Na verdade, reinou a partir do lenho ele, que teve a cruz como mais preciosa que a vossa fé. Em Cristo e para Cristo crê quem quer, com Cristo, sofrer a sua cruz. Já amava a cruz quem disse: “Nós, na verdade, recebemos o que merecem os feitos”; só, portanto, quem amou a cruz, mereceu conhecer o reino do crucificado. “Senhor”, diz, “lembra-te de mim, quando vieres ao teu reino”. Porque já viera ao reino aquele que, sob o título de rei, estava no trono, lá mesmo, ao que pedia uma futura lembrança concedeu-a lá mesmo o reino, pois só Cristo tem fixo o que os outros reis têm instável. Essas palavras são sobre o reino de Cristo no Evangelho.

Os restantes testemunhos do Novo Testamento não são poucos, mas deverão restringir-se a poucos. Ef 5,5: “Entendendo que todo fornicário ou imundo ou avaro não tem herança no reino de Cristo e de Deus”. Cl 1,13: “Que arrancou do poder das trevas e transferiu para o reino do filho de sua dileção”. 2Tm 4,1: “Testifico, diante de Deus e Jesus Cristo, que há de vir julgar os vivos e os mortos por seu advento e por seu reino”. 2Pd 1,11: “Assim, pois, vos será outorgada generosa entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo”. Ap 1,9: “Eu, João, vosso irmão e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança em Cristo Jesus”.

Ap 19,16: “E tem escrito na veste e no fêmur: rei dos reis e Senhor dos senhores”.

Até aqui, sobre a verdade do reino de Cristo revelada nos sagrados documentos, de modo prolixo na verdade e, talvez, com fastídio do leitor, mas, como premissa, necessário. Avancemos já para temas mais amenos.

EXPÕE-SE A PROVIDÊNCIA DE CRISTO COM RESPEITO AOS INFIÉIS, NA DESCOBERTA DE UMA E OUTRA ÍNDIA E NA CONVERSÃO DELAS À FÉ***

Aumenta a admiração do desígnio divino a escolha dos portugueses para este encargo, prenunciado pelo próprio Cristo, muitos séculos atrás. Como constantemente testemunham todos os anais daquele reino, no ano da salvação de 1099, Cristo, na forma de crucificado, aparecera a Afonso I, rei de Portugal, na linha de batalha, a ponto de entrar em luta contra a multidão dos mouros e, dado o nome do rei, disse querer que nele e nos seus sucessores se estabelecesse um novo império e que os homens portugueses haviam sido por ele eleitos para serem seus segadores e levarem o seu nome, a fim de disseminá-lo nos povos estrangeiros. Confirmou posteriormente isso um acontecimento com novo oráculo. Na verdade, Henrique, filho de João I, rei de Portugal (13º que foi a partir de Afonso I), como tivesse dirigido, por meio de seus comandantes, uma navegação no mar Atlântico por largo e muito tempo e, quase vencido pelas dificuldades, pensasse em mudar o seu projeto, foi persuadido por um aviso divino (diz João de Barros) a que não desistisse do empreendimento começado. Isso ele fez com muito empenho; encontrada enfim toda a Guiné e a Etiópia Ocidental e superado felizmente o amedrontador promontório da Boa Esperança, um novo caminho se abriu até os ignotos japoneses. A respeito disso se entende o que foi dito pelo profeta: “Fizeste no mar um caminho aos teus cavalos e à salvação de tua quadriga”.²

Descoberto o novo mundo, Cristo escolheu também novos apóstolos e o principal deles foi o grande São Francisco Xavier, apóstolo das Índias, o qual muitas vezes, durante um sono profundo, pareceu levar nos ombros

um indiano tão pesado, que pela fadiga do peso o acordava do sono. Entendia, sem dúvida, com esse presságio, que lhe tinha sido designada por Cristo aquela província e a quantas provações e trabalhos haveria de sujeitar-se, pela salvação dos indianos.

Nem por menor providência, pelos presságios de Fernando e Isabel, reis católicos, e pela audaz navegação de Colombo, descobertas as Índias Ocidentais, Cristo suscitou homens entusiasmadíssimos de espírito para ocuparem-se diligentemente da salvação desses povos. Entre eles merece ser lembrado Ludovico Bertrando, notabilíssimo superior da milícia dominicana, o qual, neste mesmo dia em que escrevemos isto, 12 de abril do ano 1671, ilustre pela doutrina e pelos milagres, em virtude do desejo grande de todo o mundo cristão e com o aplauso da cidade de Roma, Clemente X inscreveu na lista dos santos, papa que mais que outro qualquer é benemérito entre os pontífices romanos que habitam o Céu.

Depois de José da Costa sobre a preocupação com a salvação dos indianos, de Tomás de Jesus Maria sobre a conversão de todos os povos, de Possevino, de Bengônio e outros, Solorzano (*De iure Indiarum*, lib. 2, cap. 3 e 5) demonstra que houve uma expedição ao mundo americano divinamente inspirada pelos reis hispânicos e acatada, por inspiração divina, pelos ministros do Evangelho, e confirmada de antes por muitos prodígios e, depois, por milagres provados.

Mas temos um discurso profético e um melhor e mais antigo autor, Isaías, que, antecipado o trabalho das histórias, como um verdadeiro evangelista da Igreja futura, assinalou para os séculos vindouros e não com palavras obscuras, o assunto todo. Assim ele fala (60,8): “Quem são esses que voam como nuvens e como pombas para as suas janelas? Na verdade me esperam as ilhas e as naus do mar desde o princípio, para que eu traga de longe os teus filhos e com eles a sua prata e o seu ouro”. Entenderam essas palavras indeterminadamente a respeito dos apóstolos e dos pregadores, Jerônimo, Gregório e Ruperto, já que em seu tempo nem os homens, nem as regiões podiam ser definidas com certeza. Bózio, porém, Cornélio e muitos outros intérpretes de nossa época, com aquela luz que nasce máxima dos acontecimentos dos fatos em favor das predições proféticas, falam com propriedade e francamente da navegação para o novo mundo e da conversão dos povos americanos. Na verdade, se Isaías fosse um escritor hodierno, nada poderia expor mais aberta e

diligentemente. E porque o assunto é importante, nem contém qualquer palavra vazia de significado histórico, seja-me permitido demorar-me um pouco em demonstrar isso.

Primeiro, como que digno de admiração, diz Isaías: “Quem são esses?”. Porque via os homens, no futuro, acometerem algo novo e inaudito para a época e uma audácia sobre-humana, qual era a travessia imensa de um oceano demais assustador e insuperável em época anterior, na opinião de todos os mortais. A partir daí acrescenta:

E os navios do mar primeiramente: não porque as naus de Colombo (como aquelas do Gama e de Magalhães) fossem as primeiras de todas as naus, mas porque estes novos argonautas, que não costeavam os litorais como os antigos, foram os primeiros a se expor a um profundíssimo oceano e demonstraram, com a admirável descoberta do ímã e do astrolábio, que um mar anteriormente inavegável podia ser navegado.

Assim é que esses navios são chamados pelo profeta não apenas navios do mar, mas navios do mar desde o princípio. São, portanto, chamados navios do mar, em comparação com os antigos, que, como raras vezes perdiam os litorais de vista, deveriam antes chamar-se navios litorâneos ou navios das costas do que navios do mar. Aqueles, porém, própria e verdadeiramente foram e devem chamar-se navios do mar, uma vez que, lançando-se totalmente no âmago do mar, penetraram, atravessaram e percorreram o mar verdadeiro, tão grande quanto ele é. E visto que foram os primeiros de todos que existiram e trouxeram este tipo de navegar para proveito dos homens e abriram um caminho desconhecido no mar, por isso são ditos, com razão, navios do mar desde o princípio. A fim de mostrar o profeta os próprios destinos dessa navegação admirável, ou seja, os remotíssimos portos da América, diz: “Esperam-me as ilhas”. Fala ilhas, porque as regiões do novo mundo que hoje se chamam Índias Ocidentais, no início eram ditas ilhas e seus habitantes, insulanos. “No começo (diz Solorzanus, lib. 1, cap. 4), os bárbaros ocidentais eram chamados não indianos, mas insulanos ou antilhanos”, porque, como conta João de Barros (Decad. 1), aquelas terras denominavam-se primitivamente Antilhas, quase *Antinsulae*, isto é Anti-ilhas, ou seja, ilhas opostas a nós,

da mesma forma que os indígenas delas, pela mesma oposição, se chamavam antípodas. Mas o motivo desta denominação, já que aquelas regiões eram continuadas por uma extensão longuíssima, não foi nem pode ser outra, senão porque, cercadas de toda parte pelo mar, cortadas pelos estreitos de Magalhães e Aniano e, por um e outro lado se separam do resto do mundo, como se pode ver nos mapas geográficos mais exatos. Mas com razão se perguntará por que à América não se chame ilha, mas ilhas. Justamente assim é nomeada já em razão das inúmeras ilhas adjacentes àquele novo arquipélago, já porque a própria América mais continental consta de duas partes, ou seja, dois imensos corpos estendendo-se para partes opostas, a saber, a Peruana e a Mexicana, as quais, sem ofensa, se diriam duas ilhas, com estreitíssimo acesso de terra, como que um ligamento, uma ponte pela qual mais se avizinham do que se conectam. Nem será difícil a alguém entender por que se diz que esperam por Deus: “Na verdade me esperam as ilhas”, ao vermos, entre as demais regiões e gentes do mundo, as terras americanas, por muito longo tempo ignoradas, terem sido descobertas nos últimos tempos e os povos americanos terem sido chamados na undécima hora, e ainda mais, terem esperado Deus e o Evangelho, pelos inteiros mil e quinhentos anos depois da salvação humana. Aqui, sem dúvida, se põe o alvo principal que, num tão grande milagre da natureza e da arte, a Providência se propôs; por certo para que aquela infinita multidão de povos, tão distante do nosso pensamento quanto afastada de nossa vista, viesse enfim ao grêmio da Igreja: “E os navios”, diz, “do mar desde o princípio, para que eu traga de longe os teus filhos”. Mas para que ninguém possa pôr em dúvida que essas palavras se referem aos povos e terras americanos, acrescenta: “Sua prata e seu ouro com eles”. Por nenhum sinal mais evidente e mais celebrado entre os homens poderia indicar as Índias Ocidentais do que pelas perpétuas minas de prata e de ouro, com que a natureza distanciou as jazidas daquelas terras, acima das demais regiões do mundo. Viu Isaías os que se apressavam a vir, ou melhor, a voar sobre o mar como pregadores evangélicos, ao dizer: “Quem são esses que como nuvens e como pombas voam para suas janelas?”. Denomina-os nuvens pela tarefa e pela realização porque, juntos e por inspiração e impulso do Espírito Santo, correram para aquelas regiões, para irrigá-las largamente com as águas celestes, ou seja, da doutrina e do batismo. Pomba com certeza se diz quer

pela pureza de vida, quer pela abundância da prole; é, sem dúvida, inacreditável dizer quantas miríades de homens tenham gerado para Cristo. Nem aquele “para as suas janelas” está livre de seu próprio mistério e significado, visto que sabemos que houve homens evangelistas das Índias Ocidentais, originários de quase todas as ordens religiosas, plenos do espírito primeiro e cuja dedicação e ferventíssima caridade em prol das almas o profeta, ansioso por louvá-los, de nenhuma outra comparação conseguiu valer-se mais adequada do que a do amor materno das pombas e de seu rápido voo, quando pelo impulso todo da natureza são levadas para o pombal e seus filhotes. Bózio e Cornélio acrescentam que o voo das pombas significa o soltar as velas dos pregadores que navegam para as Índias; a ave, pois, abertas as asas, dá a aparência de uma nau que leva expandidas as velas e, porque as pombas costumam voar a pique, assim os que buscam os antípodas parecem lançar-se na vertical. Tenho isso por certo, que essas pombas seguiram o movimento daquela pomba que desceu e pairou sobre os apóstolos, de sorte que pudesse parecer à nossa verdade que a fábula dos argonautas foi um prelúdio de que falou Propércio (lib. 2): “E tu que conhecestes os dois litorais, enquanto do rude Argo era guia, sobre um mar desconhecido, a pomba enviada”.³

E diz ainda, não sem espírito, Ulisses Aldovandro (lib. *De Avibus*) que o profeta aludia na pomba ao nome e à metáfora das pombas de Cristóvão Colombo, que abriu por primeiro caminho para aquelas ilhas. Daí que os pregadores do verbo divino que para lá navegavam como que quase na esteira de Colombo, não imprópriamente poderiam ser chamados pombas. Essa exposição, como a modo de espirituosa, aprouve-me acrescentá-la, para banir o fastio do longuíssimo Comentário deste passo, em favor daqueles a cujo paladar sabem bem estes jogos dos quais de normal me abstenho, como convém em assunto tão sério.

Mas este plano de sua Providência, por certo o acesso daqueles remotíssimos povos à Igreja, pela navegação desses homens que, abrindo caminho para o Evangelho, se lançaram ao mar alto, parece-me significar o próprio Cristo (Lc 5) quando disse a Pedro: “Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar”, o que vale dizer que a nau da Igreja um dia haveria de navegar, sob o comando de Pedro, em mar alto e, então, deveriam ser lançadas as redes do Evangelho, isto é, deveriam ser estendidas mais amplamente (como diz Maldonado) à imensa pesca dos

povos ultramarinos. Isso se realizou, sem dúvida, e se realiza até hoje. Com efeito, depois que as armadas de Cristo, a partir da Espanha, sendo o sumo pontífice o comandante, avançaram pelo mar alto e alcançaram os povos desconhecidos de ambas as Índias e os mostraram ao mundo e à Igreja, foi certamente preciso que as redes do Evangelho fossem lançadas como que na imensidão, para abraçar não menos que dois mundos e seus indígenas quase infinitos em número. Assim pensava eu, quando me regoziquei por ter Agostinho previsto isso mesmo (lib. 2 quaest. Evang., quaest. 2): “O que diz a Pedro: ‘Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar’, diz respeito a povos remotos, aos quais depois se pregou; e como diz Isaías: ‘Levanta o estandarte para os povos, para os que estão perto e para os que estão longe’”. A fim de que melhor e mais profundamente seja isso entendido, ponhamos diante de nossos olhos a imagem de todo o fato, como é narrado por Lucas:

E viu duas barcas que estavam à borda do lago; os pescadores haviam saltado em terra e lavavam as suas redes. E entrando em uma dessas barcas, que era de Simão, lhe rogou que a apartasse um pouco da terra. E estando sentado ensinava ao povo desde a barca. E logo que acabou de falar disse a Simão: Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar. Tendo feito isso, apanharam peixe em tanta abundância, que a rede se lhes rompia, o que os obrigou a dar sinal aos companheiros que estavam em outra barca, para que os viessem ajudar. E vieram e encheram tanto ambas as barcas, que pouco faltava que elas não fossem ao fundo.

Noto aí que Cristo ensinou as turbas, de uma barca, como que santificando desde então as naus em vasos do Evangelho e instrumento da pregação. Observo que a barca de Pedro, da qual Cristo ensinava, antes afastou-se um pouco da terra e depois se lançou ao mar alto; tal seria, por certo, a ordem e o progresso futuro assim da própria navegação ou da arte náutica, como da pregação do Evangelho. Anteriormente, quando essa arte era rudimentar, não ousavam os marinheiros afastar-se da terra senão um pouco e, desse modo, se propagou o Evangelho entre as duas orlas do mar Mediterrâneo e do Euxino; depois, quando se fizeram de vela para o

oceano aberto e alto os homens da Espanha, velejou, a um tempo, com eles a Igreja e todo o Oriente e Ocidente foram colhidos nas redes do Evangelho. Esses são, sem dúvida, os pescadores, aqueles que Cristo viu lavando as redes. Em parte alguma de toda a Europa se conservaram mais puros os dogmas da fé do que em um e outro reino da Espanha, dogmas que eles próprios, com extrema vigilância, expurgaram já dos lodaçais dos sarracenos, já de toda a sujeira de erro, tornando-se, por conseguinte, reconhecidos como dignos de serem escolhidos por Cristo para instruírem na religião católica os povos novos e alienígenas. Observa, porém, o historiador sagrado que as barcas eram duas: “E viu”, diz, “duas barcas que estavam à borda do lago”. Assim, em uma se reconhecem as frotas dos portugueses, em outra, as dos espanhóis, frotas que, atravessando o alto-mar com o mesmo devotamento, mas não ao mesmo tempo e pelo mesmo caminho, transportaram o Evangelho para aqueles povos, de sorte que a história em tudo se combine com o mistério. De fato, os portugueses, por primeiro, descobertas as Índias Orientais e grande parte da América, isto é, descoberto o Brasil com seu longuíssimo circuito de mar e de terra, colheram na rede da Igreja tão grande multidão de povos bárbaros, que, absolutamente incapazes de arcar com o pescado, pode dizer-se, com razão, que acenaram aos companheiros da outra embarcação, para que viessem e os ajudassem. Estes foram, na certa, os espanhóis, companheiros pela fé, pelo sangue e pela religião, os quais, com pensamentos comuns, pouco depois, voltando as proas, pelo mar e caminho dividido, para o sol do Ocidente, por aí levaram para as novas Índias, com felicidade e valor, as armas e o Evangelho, de modo que de uns e outros, em razão do admirável crescimento da Igreja, se viesse a afirmar por verdadeiro que encheram ambas as barcas a ponto de quase ir a pique, surpreendendo-se Pedro e o mundo todo, à vista da abundância de peixes que haviam pescado.

Nem se deve admirar menos que o Senhor, em sua grande providência, tivesse enriquecido essas terras com a imensa abundância de mercadorias preciosíssimas, como que um tesouro do mundo, para que a cobiça dos homens, quebrados os ferrolhos da natureza, à feição da lenda do tosão de ouro navegasse até elas e assim abrisse um caminho fácil e desimpedido para os homens apostólicos. Este é aquele mistério por tanto tempo oculto,

tanto quanto o próprio mundo, que estava escondido num lugar por extremo difícil dos Cânticos 8: “A nossa irmã é pequena e não tem peitos. Que faremos nós à nossa irmã no dia em que se lhe há de falar?”. Assim a Igreja antiga a Cristo e Cristo à própria Igreja: “Se ela é um muro, edifiquemos sobre ele baluartes de prata; se é uma porta, guarneçamo-la com tábuas de cedro”. O discurso é sobre a conversão dos povos bárbaros de um e outro mundo novo, povos a que não recomendava nenhum dote da natureza pelo qual pudessem aliciar para si os pregadores: nem talento, nem sagacidade, nem sabedoria humana, nem nobreza, nem a fama de feitos; tais eram os povos do interior da África, tais os do Brasil e todos os americanos. A estes a Igreja chama irmã, porque logo há de ser; pequena, porque contemptíveis e despiciendas; carente de seios, porque destituída de qualquer preceptor. Acerca de sua solicitação inquieta, pergunta a Cristo por que artes se deve agir, para que se torne sua esposa e se case; e isso nada é senão pedir a ele, em cujo poder estão as mudanças de todas as coisas, que apressasse o tempo de chamar à fé todos os povos e que ele supra o que quer de apoio lhes tenha sido negado pela natureza. Isso, a Igreja. A ela responde Cristo que há de conduzir todos esses povos à fé e ajuntá-los à assembleia dos fiéis, mas por um motivo e forma muito diversos do que tinha juntado os povos chamados do velho mundo. Haveria de fazer o que sói fazer a piedade paterna com uma filha feiosa, a qual, depois de provida de dote e adornos, a dá em casamento; a não ser assim ela nunca encontraria um marido. Sem dúvida, locupletando esses povos com imensidade de ouro, de prata e com as riquezas das madeiras preciosas por cuja fama de divícias, como de um rico dote, os homens da Europa, excitados, desprezados o mar e os ventos, ousassem navegar. Feita assim para os ministros evangélicos a oportunidade de também navegarem, poderia ele próprio, com eles, atravessar para a nova esposa e vir para essas regiões como se viessem para as suas. Observe-se que Ludovico Legionense, o primeiro de todos os comentaristas, chegou tão felizmente ao sentido da obstrusíssima passagem, quanto os demais espanhóis, às terras e aos próprios povos.

CAPÍTULO XI

SE CRISTO EXERCE NO CÉU O MÚNUS

DA REALEZA TEMPORAL

Ao que quer misturar as questões do passado, quanto à extensão, com a brevidade do presente, de nenhuma forma o permite a grandeza e a importância do assunto, que nem é fácil, nem explicado pelos autores. Duas visões há que parecem assegurar igualmente a posição negativa. Primeiramente o estado glorioso de Cristo no Céu, no qual deve parecer avesso a todo o Céu o cuidado das ocupações temporais e abomináveis até no nome, porque, vivendo na terra, Cristo se absteve do exercício público deste reino, como que injurioso a si, até o fim, já que a própria terra é o lugar adequado e como que a pátria daquelas coisas que passam com o tempo e com o mundo. Daí que, como bem observou Gregório x, o Senhor, após sua ressurreição, postou-se junto à margem, ele que, antes da ressurreição, defronte aos discípulos, andou sobre as ondas do mar. O que, em verdade, o mar indica senão o século presente, que se espedaça nos tumultos das desventuras e nas ondas de uma vida corruptível? O que figura a solidez da margem senão aquela perpetuidade de uma quietude eterna? Cristo, portanto, posto em sua morada celeste, significa que de nenhum modo vai misturar-se com as coisas de um século flutuante e, ainda mais, nem vai querer tocá-las sequer com o pé. Em segundo lugar, o que não parece dificultar menos, a própria experiência quotidiana deste mundo inferior cuja vicissitude perpétua, sempre a precipitar-se para o pior, se apresenta tal que é, com razão, considerada indigna de tão grande rei e administrador. Ecl 10,5: “Há um mal”, diz Salomão, “que eu vi debaixo do sol, saindo como por erro da presença do rei, o que vem a ser, o imprudente constituído numa sublime dignidade e os ricos assentados em baixo” etc. Mas se se julga que essa inversão da ordem de qualquer justiça e retidão no dispor dos bens da República não pode acontecer num príncipe humano senão por um erro, o que se poderá pensar daquele rei divino o qual, por ser a própria sabedoria e retidão, nem o erro nem a injustiça podem inquinar? De forma alguma, pois, é lícito acreditar que as coisas temporais dos humanos sejam governadas pela administração e comando de Cristo, coisas que vemos tratadas de cima para baixo, sem que se mantenha qualquer tipo de justiça e isso de sorte que parecem não serem governadas por homens notáveis pelo bom senso, mas serem

temerariamente tratadas ou roladas por insensatos ou desvairados.

PROPÕE-SE A REFUTAÇÃO DO PROBLEMA DO EXERCÍCIO DO PODER TEMPORAL POR CRISTO NO CÉU

Esta conclusão segue-se das precedentes. Cristo homem, como estabelecemos no cap. 4, é o rei do universo assim espiritual, como temporal; se, pois, no Céu e do Céu, como vimos há pouco, exerce o múnus e o poder do império espiritual, por que não os exerceria também do império temporal? Todavia, para que nossa asserção não pareça firmar-se apenas na dedução de consequência, num assunto de não pouca importância e que muito tem que ver com a majestade de Cristo, deve também ser corroborada pela razão, pela autoridade e pelo exemplo e pela própria manifestação da realidade.

O divo Tomás (q. 59, art. 4), onde se indaga se conviria a Cristo o poder de juiz sobre todas as coisas humanas, resolvida a questão pela afirmativa, assim diz no 3: “Cumprir afirmar que, antes da encarnação, tais ações judiciais eram exercidas por Cristo enquanto verbo de Deus, de cujo poder se tornou partícipe a alma a ele pessoalmente unida”. A partir desse princípio, ao qual adere Suarez (disp. 52, sect. 2) que de muitas formas o comprova, constrói-se este argumento.

PROVA-SE PELA RAZÃO

O que quer que Deus exercesse antes da encarnação do verbo, por si só e por si próprio, assim nas coisas espirituais como nas temporais, exerce agora com Cristo e por Cristo, e ainda mais, Cristo com o próprio Deus, não só como instrumento primeiro e soberano da onipotência e providência divinas, mas como o supremo Senhor de tudo, com poder, na verdade, subordinado e dependente do divino em gênero, mas supremo. Ora, Deus, como supremo criador e governante de todas as coisas e autor, a um tempo, da natureza e da graça, governava e conduzia por si só, antes

do advento de Cristo, não apenas as coisas humanas espirituais, mas também as temporais de todo o mundo. Portanto Cristo, pelo menos depois da ressurreição e ascensão ao Céu, não só exerce seu poder e império nas coisas espirituais, senão que também nas temporais. Eu disse: depois da ressurreição e ascensão ao Céu, por causa do que vou explicar abaixo. Aquele raciocínio, porém, do divo Tomás no qual se apoia toda a força do argumento, é tão digno de importância e consideração nesta matéria, que basta plenamente para estabelecer, com segurança, não só a presente tese, mas também para declarar, de maneira fácil e perspicua, quer a amplitude e majestade de ambos os reinos de Cristo, quer a própria forma de governar e administrar o império. Rege, pois, Cristo e governa todas as coisas do universo, já espirituais, já temporais, com a mesma amplitude e modo pelo qual as governava antes e governará sempre, já que é o verbo de Deus; somente com aquela diferença de poder (como muitas vezes advertimos) que aquele é inato, este é recebido; aquele independente, este dependente; aquele absoluto, este subordinado, em sua ordem, porém, verdadeiramente e por excelência supremo.

Pode ainda isso mesmo ser provado e mostrado teologicamente a partir de uma regra geral ou disposição que Deus costuma manter no governo do universo, ou seja, dirigindo as coisas inferiores pelas superiores, como, considerada a semelhança do timoneiro experiente do universo, otimamente discorre Agostinho (lib. 3, de *Trinit.* cap. 4):

Mas, como os corpos mais rústicos e inferiores são regidos, em certa ordem, pelos mais judiciosos e mais potentes, assim todos os corpos, pelo espírito da vida e o espírito da vida irracional, pelo espírito da vida racional e o espírito racional desertor e pecador, pelo espírito da vida racional pio e justo e este pelo próprio Deus; assim todas as criaturas, pelo seu criador, do qual e pelo qual e no qual foram criadas e estabelecidas. Por isso a vontade de Deus é a causa primeira de todas as espécies corporais e de pensamento. Visível e sensivelmente nada acontece que, do secreto, invisível e inteligível palácio do supremo imperador, não seja mandado ou permitido, consoante uma infável justiça de prêmios e castigos, de graças e retribuições, nessa como que

amplíssima e imensa república de todas as criaturas.

Agostinho disse isso nessa passagem. Desse passo alegado infere São Tomás (art. 6 ad 3m) competir a Cristo e ser próprio de seu poder a administração de todas as coisas criadas: “Se, pois”, diz, “os seres inferiores, em determinada ordem, são governados por Deus mediante os superiores, é necessário afirmar que tudo é regido pela alma de Cristo, a qual está acima de toda criatura”. Atenta essa asserção respeito ao presente assunto, nada poderia ser dito nem para confirmar mais claramente, nem para declarar mais incontestavelmente. Embora depois de Agostinho e Tomás seja quase impossível acrescentar alguém, contudo, em favor daqueles que apreciam a autoridade dos menores, acrescento dentre os padres Teofilacto e dentre os teólogos, Toledo. Teofilacto (ennarrat. In *Ioannem*, cap. 18), considerando as palavras de Cristo “O meu reino não é deste mundo”, assim prossegue: “Não disse que não estivesse no mundo, ou que não estivesse aqui, pois o reino neste mundo não só é por ele regido como, pela forma que ele quer, passa. Não é originado do mundo o seu reino, mas superno e existente antes dos séculos e não daqui, ou seja, construído a partir de coisas terrenas, mas aqui, na verdade comanda e governa”. Toledo, por sua vez (Lc 1,91), após dizer que Cristo, diante da morte, como alguns exigissem por que motivos não se tinha valido uma só vez do poder e função de um reino temporal, passando ao seu estado imortal e glorioso, assim diz, Mt 28:

“Tem-se-me dado todo o poder no Céu e na Terra”, e isso ele mostrou por sua própria ação, ao enviar os discípulos ao orbe universo, para pregar o Evangelho, e impondo a lei a todos, sem apelar a nenhum, poder de reis ou governantes, como o verdadeiro Senhor dos senhores e rei dos reis. Agora, no Céu, rege e governa, invisível. Como o rei, de uma só cidade, governa as demais partes do reino, assim Cristo, residindo no Céu, governa o que é deste mundo, tudo alcançando por sua sabedoria e poder.

PROVA-SE PELAS ESCRITURAS

Para começar de um texto pouco antes aduzido, como já está à saciedade discutido e provado, no cap. 4 deste livro, as citadas palavras de Cristo: “Tem-se-me dado todo o poder no Céu e na Terra”, devem ser entendidas não apenas sobre o poder espiritual e temporal indireto, mas também sobre o temporal direto, para que o sentido não se faça pelas próprias palavras; convém atentar sobretudo no assunto presente, em relação ao qual Cristo declarou ter-lhe sido dado este poder, não antes, mas depois de sua ressurreição, embora o tivesse todo (como há pouco dizia São Tomás e nós largamente mostramos acima) desde a encarnação. Porque, seguramente, se tratava então não do próprio poder, mas do exercício do poder, como ensina o Angélico, no comentário de Mateus: “O poder”, diz, “significa certa honra do governo, como dizem os homens no poder, e assim se emprega aqui o poder”. É coisa assente, por outro lado, que Cristo, que tinha desde a eternidade o governo do mundo como Filho de Deus, recebeu o exercício, a partir da ressurreição. Sobre isso se tem em Dn 7: “Mas depois se assentará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder e ele seja inteiramente desfeito e pereça para sempre. O reino, porém, e o poder e a grandeza do reino sejam dados ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno, ao qual servirão e obedecerão todos os reis”.⁴

Daí se entende certa governança atual, como se o Filho fosse incitado ao exercício do poder que naturalmente possuía. Assim o divino Tomás, cuja interpretação seguem, de comum, os teólogos, tanto os expositivos quanto os escolásticos. E esta é a razão pouco antes por nós proposta, donde deduzimos claramente que o uso do governo de Cristo (entenda-se do universal) não vem desde o início da encarnação, mas desde o tempo da ressurreição e ascensão ao Céu, a fim de colocarmos a base daquele argumento quase como que num chão firme, ou seja, na crença geral e por todos aceita. Como, pois, o emprego e exercício do governo universal de Cristo começou, pelo menos, a partir da ressurreição, ou necessariamente se há de confessar que a partir daí sempre foi continuado e se mantém no Céu ou deve dizer-se que Cristo o tinha somente por só quarenta dias em que se demorou na terra. Mas, se alguém ousasse dizer isso, teria dito simplesmente aí que Cristo desistiu da administração de seu reino, onde mais verdadeiramente e no mais alto grau governa, ou seja, no Céu.

Acrescente-se, consoante o parecer de Maldonado e de outros notabilíssimos intérpretes, que aquelas palavras, a respeito das quais debatemos, foram as últimas de Cristo neste mundo e pelo próprio Senhor inculcadas aos discípulos, no monte das Oliveiras, quando lhes dizia adeus, e que foi arrebatado a Cristo o uso de seu poder, no mesmo lugar e hora em que ele asseverava ter-lhe sido dado. Não se pode pensar nada mais absurdo do que a leviandade de falar isso.

Em Jo 5,22, diz Cristo: “Nem, em verdade, o Pai julga alguém, mas todo o juízo deu ao Filho, para que todos honrem ao Filho bem como honram ao Pai”. Esse texto, embora costume ser aduzido a respeito do poder judiciário, tem um significado muito mais amplo. Julgar, por certo, não significa só lavrar uma sentença, o que é função própria dum juiz, mas também reger, governar, mandar e usar de um poder e uma autoridade superior. Donde, aqueles que, depois de Moisés e Josué, sucederam no governo, quando chamados a defender o povo contra os inimigos (como diz a Escritura) e se punham à frente nas armas e na guerra e cumpriam os outros encargos do governo para administrar o Estado, eram chamados de juizes, no sentido próprio do vocábulo. Confirma-se a propriedade deste significado com um ótimo texto de Rs 1,8, onde os que solicitavam um rei diziam a Samuel: “Constitui-nos, pois, um rei [...] para que ele nos julgue”, ou seja, (como comenta Mendoça) “não para que exerça exatamente a função de juiz, pois para essa função não se fazia mister criar um rei, mas para que exerça o poder e reine” etc. Nesse sentido, um dos próprios reis que eram solicitados e que foi em extremo sábio, diz no salmo 2: “Entendei agora, ó reis, instruí-vos os que governais a terra”. Que as supraditas palavras não só possam, mas devam ser entendidas nesse sentido, consta abertamente da concordância das outras Escrituras. O mesmo régio vate, falando de Cristo e renunciando o supremo e régio poder que o Pai lhe daria, (salmo 71) assim orava: “Dai, ó Deus, ao rei a vossa equidade e ao filho do rei a vossa justiça, para que governe com justiça o vosso povo” etc. Sobre isso, Genebrardus: “De teus julgamentos, de tua justiça dá ao rei Messias o conhecimento e o zelo, para que, de acordo com tuas leis e planos, reja e dirija o teu povo, ou antes, o governo e a administração de tua justiça”. Em verdade, pede-se que envie Cristo para julgar, reger e administrar o mundo agitado pelas muitas ondas de males. Ilustra muito bem esse comentário com o cap. 23 de Jeremias, que

também profetiza a respeito de Cristo: “Suscitarei a Davi um germe justo. E reinará um rei que será sábio; e obrará segundo a equidade e a justiça na terra”. Nessa passagem se declara um por outro, isto é, reinar sabiamente por fazer juízo e justiça. Confirma-se a partir do salmo 95,10: “Julgará os povos com equidade”. Sobre isso, Lorino: “Este juízo compreende o governo universal do tempo presente e a sentença que deve ser dada depois desta vida”. E ainda do salmo 97,9: “Há de reger a terra com justiça e os povos com equidade”. Comentando o mesmo autor esse verso e ligando-o aos precedentes, diz:

A causa de tamanha alegria, de tantas maneiras declarada, a qual não é exigida somente pela universalidade dos homens, mas também das demais criaturas, é o advento e a presença do juiz, que tudo governe e reja todos os homens enquanto passam pela vida mortal e quando tiverem passado para a outra, com extrema equidade e justiça, de sorte que pague a cada um segundo sua obras. E isto é todo aquele juízo que o Pai deu ao Filho, porque é Filho do homem.

Mas restam-nos duas coisas que, acima de tudo, devem ser consideradas no texto. Primeira: “Porque o Pai a ninguém julga, mas todo o juízo deu ao Filho”. Nesse passo, o “julga” significa um juízo atual, isto é, ato e exercício do juízo ou de governo, para que se entenda que foi transferido a Cristo, ou antes, foi-lhe comunicado não só o direito e nu poder, mas o uso e exercício atual dele, o que o divino Tomás chamou, acima, governo atual e exercício do poder. Segunda: “a fim de que todos honrem ao Filho, bem como honram ao Pai”, o que vale dizer, o inteiro governo e a inteira dependência dos homens para com Cristo, no conceder ou tomar tanto os bens espirituais, quanto os temporais, cujo autor e administrador é Deus; por outro lado, se Cristo governasse, ao seu arbítrio, apenas as coisas espirituais, mas a administração das temporais de nenhum modo dependesse dele, de forma alguma todos honrariam ao Filho como honram ao Pai, já que entre todos os homens muitíssimos há que são movidos mais pelas vantagens temporais do que pelas espirituais e são coagidos pelo medo de perder as temporais mais eficazmente do que as espirituais.

Acrescento, das citadas Escrituras, um argumento que me parece de peso

e que pode acender, talvez, uma luz nova para a obscuridade de muitos textos dos profetas e para a concordância deles com a narrativa dos Evangelhos. Eia, vejamos as muitas e admiráveis coisas que os vates antigos predisseram do futuro Messias e de seu império. Salmo 2: “Hás de governá-los, com cetro de ferro, e pulverizá-los como um vaso de barro”. Salmo 44: “Cinge, herói, a espada ao teu flanco, penetrantes são as tuas flechas; a ti se submeterão os povos; esmorecerão os inimigos do rei”. Salmo 71: “Ele protegerá os humildes do povo, salvará os filhos dos pobres e humilhará o trapaceiro [...] Ele há de livrar o pobre do poderoso e o miserável que não tem defensor [...] Das usuras e da injustiça redimirá as suas almas e seus nomes serão honrosos diante dele. Mais próximo do latim.)”. Salmo 109: “O Senhor está à tua direita, no dia de sua cólera, esmagará os reis. Julgará as nações, empilhará cadáveres; esmagará cabeças de muitos na terra”. Is 11: “Não julgará segundo a vista dos olhos, nem arguirá pelos fundamentos dum ouvir dizer, mas julgará os pobres com justiça, e arguirá com equidade em defesa dos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca e matará o ímpio com o assopro de seus lábios”. E cap. 63:

Quem é este que vem de Edom, de Bosra, com as vestimentas tingidas?
Este formoso em seu traje, que caminha na multidão da sua fortaleza?
Eu, que falo a justiça e que sou o combatente para salvar. Por que é, pois, vermelho o teu vestido e as tuas roupas como as dos que pisam no lagar?
Eu calquei o lagar sozinho, e das gentes não se encontra homem algum comigo; eu os pisei no meu furor e os pisei aos pés na minha ira, e o seu sangue veio salpicar os meus vestidos, e eu manchei todas as minhas roupas [...] Eu olhei em roda e não havia auxiliador: busquei e não houve quem me ajudasse; mas o meu braço me salvou e a minha mesma indignação me auxiliou. E pisei aos pés os povos no meu furor, e os embriaguei na minha indignação e derribei por terra o seu esforço.

Dn 2: “Nos dias, porém, daqueles reinos, suscitará o Deus do Céu um reino, que não será jamais dissipado, e este seu reino não passará a outro povo; antes, esmigalhará e consumirá a todos estes reinos: e ele mesmo

subsistirá para sempre. Segundo o que viste, uma pedra foi arrancada do monte, sem intervir mão de homem e esmigalhou o barro e o ferro e o cobre, e a prata e o ouro”. E no cap. 7: “Mas depois se assentará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder e ele seja inteiramente desfeito e pereça para sempre. E ao mesmo tempo se dê o reino, o poder e a grandeza do reino, que está debaixo de todo o Céu, ao povo dos santos do Altíssimo”.

Estes dizeres e semelhantes, preditos a respeito de Cristo e de seu império, ocorrem nos profetas, com o consenso unânime de todos os padres e intérpretes, para que a ninguém se permita duvidar da aplicação. Há, todavia, uma dúvida que dificilmente se poderia dissimular: Como essas predições dos profetas poderiam concordar ou harmonizar com a narrativa dos evangelistas? Aquelas, na verdade, soam o horrendo e o temível, a justiça, o furor, a indignação, a vingança, as armas, as guerras, o sangue, o poder e a severidade da majestade, o cetro férreo, a espada desembainhada, o embate contra as forças dos oponentes, os exércitos destruídos, monarquias arrasadas, a matança de homens, a destruição das cidades, as ruínas, as cinzas dos reinos e só os oprimidos pelos poderosos, libertados da injustiça e da tirania. Ninguém há que não veja no Evangelho e, se lançar os olhos àqueles oráculos dos profetas, não admire com razão quanto isso tudo diste e não combine com a mansidão de Cristo, a pobreza, a paciência nas injustiças, como amor e a beneficência para com os inimigos; quanto, do coração, da piedade, da clemência do humaníssimo Senhor, sempre intensas para com todos e prodigalizadas em toda a parte. Triunfou, em verdade, Cristo mas no mais manso dos animais; foi chamado para reinar, mas fugiu; solicitado a dar uma sentença, recusou; provocado para a vingança, negou ser esse o espírito de sua doutrina; viu-se uma só vez defendido pela espada e por um ferimento, mas reteve a espada e sanou a ferida. Quando, pois, Cristo exerceu julgamentos? Quando, iras, vinganças, mortandades? Quando destruiu exércitos e reinos? Quando triunfou de soldados abatidos, quando os governou com mão de ferro e os espedaçou como um vaso de barro?

Sei que essas passagens são propostas por muitos, engenhosa e doutamente, num sentido espiritual e metafórico; não, todavia, sem dificuldade e violência, que os próprios autores veem, mas das quais, de olhos fechados, passam ao largo (como muitas vezes acontece). Daqueles, porém, que se declaram estritamente no rigor da letra, tomando, como

convém, as palavras em seu próprio e natural significado, muitos se esforçam, não para expor o sentido, que é evidente e aberto, mas para aplicá-lo e estabelecê-lo com verdade. Alguns entendem tratar-se da primeira vinda e de Cristo vivendo entre os mortais, cujo rigor do sentido, em razão de incompatível com a narrativa evangélica, suficientemente foi refutado a partir daquilo que há pouco demonstramos. Para refutá-los seria bastante o salmo 2, onde se diz: “Ergueram-se os reis da terra e conspiraram os príncipes contra o Senhor e o seu Cristo”, ou seja, na paixão e morte e na promulgação do Evangelho; e a seguir: “Hás de governá-los com cetro de ferro e pulverizá-los como um vaso de barro”. Ainda o salmo 109, onde semelhantemente primeiro se ouve; “Assenta-te à minha direita”; e depois sobre Cristo, já sentado à direita do Pai: “O Senhor está à tua direita; no dia de sua cólera esmagará os reis”. Portanto, cumpre entender necessariamente essas coisas, não a respeito de Cristo vivo, mas como soberano no Céu. Pelo que outros, tentando livrar-se dessas dificuldades, reportam tudo ao segundo advento. Nem assim, todavia, alcançam conciliar suficientemente a propriedade do sentido com o próprio texto, pois que, então, ou seja, no segundo advento de Cristo, não haverá nem poderosos de que os pobres se libertem, nem usuras das quais sejam resgatados, nem exércitos que sejam vencidos em batalha, nem reinos que devam ser destruídos, nem um império abaixo do céu, nem povo a que possa ser entregue, nem o cetro da direção ou a função de dirigir, já que ninguém está no caminho, todos no fim. E numerosíssimas outras coisas, por nenhum modo de dizer aplicáveis àquele estado da situação, que claramente são preditas pelos referidos profetas e que não podem ter lugar no juízo final, como ao leitor facilmente se manifesta.

Deve dizer-se, portanto, e isso dizemos, que por certo esses ditos dos profetas pertencem ao tempo situado entre um e outro advento de Cristo, o qual se segue à sua ressurreição e ascensão ao Céu. Assim, neste entretempo Cristo tudo governa e rege por seu poder, empunhando um cetro de ferro, reto e inflexível, defendendo os pobres, humilhando os caluniadores, depondo de seu trono os poderosos, destruindo os exércitos, transferindo os reinos e todo o resto para o seu julgamento e arbítrio, isto é, administrando justa e secretamente, o que ficará claro a partir da seguinte observação. Por ora dão-se como fiadores desta proposição Cirilo de Alexandria, Procópio e Ruperto, que entendem que a prolixa passagem

de Isaías por nós relatada se refere, necessariamente, à destruição de Jerusalém; desse feito declarou-se Cristo o único autor e como um general vitorioso borrifado do sangue recente dos inimigos, retornando com a pompa de um triunfador, mostrou-se ao olhar do profeta. “Eu os calquei”, diz Cirilo, “aos pés em meu furor e os espedacei como se terra fossem; mas depois do retorno de Cristo ao Céu, todo tipo de calamidade foi infligida ao povo judeu pela ira divina.” E Procópio: “Mas eu os pisei aos pés no meu furor; desde que o Senhor subiu aos céus, aconteceu que os judeus experimentaram não poucos tipos de calamidades”. Ruperto, considerando o repetido pisei: “Pisei-os aos pés em meu furor e aos pés os pisei na minha ira: Com duplo triturar”, diz, “eu calquei aos pés, ou seja, com o furor presente, a fim de que percam suas terras e povo para os romanos; com a ira futura, para que desçam aos misteriosíssimos infernos”. Daí se vê que, reinando já Cristo no Céu, não menos de quarenta anos depois de sua ascensão, houve a destruição de Jerusalém, as matanças e extermínio de judeus, o triunfo de Tito, a vitória dos romanos e os espólios da opulentíssima cidade e, depois, as calamidades do povo hebreu, a servidão, os tributos, os exílios, os cárceres, as proscricções, os incêndios (coisas todas temporais e sujeitas a um poder temporal) e que isso teve como um só autor Cristo, o qual, embora se tivesse valido do exército e do valor militar romano, pôde sem injustiça declarar: “Sozinho pisei o lagar; das gentes nenhum homem está comigo; não houve quem me ajudasse”, como se as armas inanimadas dos romanos apenas tivessem sido instrumento de um firmíssimo cerco e Cristo, de sua parte, fosse o espírito delas e lhes pusesse à disposição a ação, as forças, os ânimos, a constância, de tal sorte que, presente em toda a parte aos combatentes, assim que alguém derramasse sangue, ele próprio fosse borrifado: “O sangue deles veio salpicar as minhas vestes e sujei toda a minha roupa”. Isso segundo os referidos padres, aos quais acrescento apenas que Bosra, entre os hebreus, consoante o testemunho de Arias Montano, significava Roma. Cristo foi mostrado, portanto, com as vestes tingidas avançando, desde Bosra, na grandeza de sua força, isto é, do exército romano, de sorte que o profeta entendesse que aquela guerra truculentíssima foi empreendida por Cristo comandante e general, e que os romanos lutaram e Cristo venceu; que Tito triunfou na terra, Cristo, no Céu.

CAPÍTULO II

SE O REINO DE CRISTO JÁ SE CONSUMOU, OU UM DIA SE CONSUMARÁ

Como falamos até agora daquela consumação como de algo que um dia há de acontecer, é evidente que o reino de Cristo é por nós suposto como ainda não consumado e que o mundo inteiro (o que é o mesmo) não foi rendido ao Evangelho, à Igreja. Mas visto que algumas opiniões frequentemente ocorrem nos padres, as quais parecem por certo asseverar o oposto, não será inútil, no próprio limiar da discussão, delir esse obstáculo e, com breve recurso a tempos anteriores, mostrar, a partir dos escritos dos mesmos padres, que em nenhuma época atrás o reino de Cristo se consumou. Depois viremos à nossa época.

ÚNICA PROPOSIÇÃO: O REINO DE CRISTO AINDA NÃO SE CONSUMOU

Continuando, para começarmos desde o tempo dos apóstolos, claramente reconhece e ensina o divino Paulo que o mundo inteiro ainda não foi rendido a Cristo. Assim, pois, diz 2Cor 15,26: “Porque todas as coisas sujeitou debaixo dos pés dele. E ao dizer: Tudo está sujeito a ele, excetua-se sem dúvida aquele que tudo lhe sujeitou. E quando tudo lhe estiver sujeito” etc. Essa passagem, como já prometi, deve ser por nós examinada claramente, mais abaixo. Por ora só chamo a atenção para as últimas palavras, que parecem opor-se reciprocamente não pouco. Na verdade, quando dissera: “Tudo está sujeito a ele” e de novo: “Sujeitou a ele todas as coisas”, Paulo fala como se se contradissesse: “Quando tudo lhe estiver sujeito”, ou seja, segundo o comentário do divino Tomás (lect. 4) a esse texto, Deus ainda não submeteu tudo a Cristo, mas quando tudo for submetido a ele, isto é, a Cristo. Portanto, já está submetido a Cristo e ainda não está submetido a Cristo? Uma e outra parte. Porque, como diz o próprio Angélico e nós muitas vezes supusemos, já tudo está sujeito a

Cristo no que tange ao poder e ainda não está sujeito a Cristo quanto à execução, a respeito da qual unicamente se trata aqui e a seguir. Mais claro o mesmo apóstolo (Hb 2), onde, entendendo que se referia a Cristo aquele outro hemistíquio do mesmo salmo, “Todas as coisas lhe submeteste aos pés”, assim prossegue: “Ora, uma vez que lhe sujeitou todas as coisas, nada deixou que não lhe ficasse sujeito. E, contudo, nós não vemos ainda que lhe esteja sujeito tudo”. Aí o “ainda não” suscita duas coisas: primeiro, que tudo deve ser submetido a Cristo naquela universalidade e propriedade que as palavras acima significam; segundo, que esta sujeição universal de tudo diz respeito a até agora e não está completa. “Mostra” (diz o divino Tomás) “que isto ainda não está completo.”

O mesmo consta a partir do século de São Justino, que foi quase o primeiro desde Cristo e do de Orígenes, que foi o segundo e mal ultrapassou o de Paulo. As palavras de Justino, eu as referirei neste livro, em lugar mais adequado. Orígenes (tract. 28 in Math.) “Muitos”, diz, “não só dos povos bárbaros mas também dos nossos povos até agora não ouviram a palavra da Cristandade.” Agostinho, que ilustrou o quarto e quinto séculos depois de Cristo como um sol no horizonte, pela vida e pela doutrina, no comentário sobre o salmo 95: “Constrói-se”, diz ele, “a casa do nosso Deus, constrói-se. Isto acontece, isto se faz, isto fazem estas vozes, isto as leituras, isto as pregações do Evangelho, em todo o orbe da terra. Até agora se edifica. Cresceu muito esta casa e saciou a muitos povos, mas não atingiu ainda a todos os povos”. O mesmo escreveu na Grécia, por esse tempo, o bastante versado em história, Teodoreto, no comentário ao cap. 2 da 2Ts. E para que não construamos uma cronologia mais fraca, até Marcos, segundo o testemunho daquele Beda, do qual, à feição de um provérbio, foi dito que um homem, nascido no extremo ângulo do orbe, abalou com o talento todo o seu mundo. Começa, porém, a florescer pelos confins do sétimo e oitavo séculos. Bernardo, que no correr do undécimo século instituiu a ordem e até cujo tempo quase se costuma delimitar a época dos padres (lib. 3 de *Consideratione ad Papam Eugenium*, cap. 3), propõe ou apresenta ao sumo pastor o estado do Evangelho então corrente, ou antes, subsistente, com estas palavras:

Seja assim que a respeito dos judeus o tempo te escuse; têm o seu fim, que não poderá ser ultrapassado; é preciso que ocorra antes a plenitude dos

povos. Mas acerca desses povos, o que respondes? E ainda, o que a tua reflexão responde a si, quando assim pergunta: O que pareceu aos padres pôr uma meta ao Evangelho, suspender a palavra da fé enquanto o Evangelho dura? Por que razão, achamos, subsiste veloz o discurso corrente? Quem por primeiro fez parar esse curso salutar? Uma causa, talvez, que desconhecemos, ou a necessidade pôde opor-se a eles. E nós, donde temos uma razão de dissimular? Que motivos de confiança, com que consciência não apresentamos Cristo aos que não o têm? Ou retemos a verdade de Deus na injustiça? E, na verdade, é necessário que um dia chegue a plenitude dos povos. Esperamos que lhes sobrevenha a fé. A quem acontece crer por acaso? Como hão de crer, sem um pregador?

Isso pia, sábia e vigorosamente, Bernardo. Em razão disso quis transcrever essas coisas, porque tremi ao lê-las, dignas sem dúvida de que sejam lidas e relidas e ponderadas com alta consideração por estes a quem incumbe o cuidado das almas, máxime dos gentios. Ao cabo, o divino Tomás, bem vizinho aos nossos maiores e que escreveu até o ano da salvação de 1275, afirma sobre Rm 10,3 o mesmo ou o subentende. A partir dele, porém, até o tempo presente, no qual o mundo como que emergiu do próprio mundo e ainda não apareceu inteiro, quantos povos conhecidos e desconhecidos restam para serem conquistados para o império de Cristo... Não precisamos de outros testemunhos, para que se prove, mais do que desses mesmos a quem Paulo confiou a certeza de sua fé, isto é, dos olhos e da experiência; tanto mais confiantemente podemos dizer: “Não vemos ainda que tudo lhe esteja sujeito”, quanto nos acontece ver muitas e maiores coisas do que algum dos antigos viu. Onde manifestamente consta que o reino de Cristo e da Igreja ainda não está completo, nem de todo conquistado e, portanto, nem consumado.

SUPÕEM-SE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS PARA A SOLUÇÃO

Suponho primeiro, a partir do divino Paulo (Hb 7,11) que para sempre pelo sacerdócio de Cristo figurado em Melquisedec e de quem diz o salmo 109: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec”, houvesse sido extinto o sacerdócio levítico e o aarônico, ou seja, o da velha lei. Excelentemente argumenta aí o apóstolo: “Se, pois, a perfeição fosse pelo sacerdócio levítico (porquanto o povo debaixo dele é que recebeu a lei) que necessidade havia ainda de que se levantasse depois outro sacerdócio, chamado segundo a ordem de Melquisedec, e não segundo a ordem de Aarão?”. Donde acontece que sacerdotes e levitas de um terceiro templo, cujas cerimônias largamente descreve a profecia de Ezequiel, se se tomam em sentido literal, devem ser necessariamente os sacerdotes da nova lei e os cristãos, como também alguns dos próprios rabinos admitem, aos quais, sem que lhes cite os nomes, se refere e segue Teófilo Reinaldo (tract. de prima Missa, cap. 3). Nomeia-os, além disso, P. Galatino (lib. 5, cap. 12), certamente R. Alba e R. Salomão.

Suponho, em segundo lugar, a partir do mesmo texto do apóstolo, n. 12, que, mudado o sacerdócio antigo, foi também mudada toda a lei. “Transferido, pois”, diz, “o sacerdócio, é preciso que se faça também a transferência da lei.” Isso, quando menos, deve ser entendido a respeito dos sacrifícios e ritos cerimoniais da mesma lei, em virtude da proporção indissolúvelmente conexa que têm ou os meios com o fim, como expõe o divino Tomás, ou o sacerdócio com a própria lei, segundo Crisóstomo, Teodoreto e Teofilacto. Segue-se também daí que os sacrifícios e as cerimônias da lei, após a sua transferência, por qualquer modo que se considerem, já não são formalmente as mesmas, mas apenas materialmente; daí que, para que sejam licitamente admitidas ou permitidas, precisam de uma nova estrutura, considerado o objetivo divino, ou, ao menos, de uma nova administração.

Por terceiro, suponho com o divino Tomás (1,2, quaest. 102, art. 3) que os antigos sacrifícios foram instituídos por tríplice motivo ou finalidade. Primeiro, “para que Deus fosse cultuado e a mente do que oferece fosse direcionada a Deus”; segundo, “para que os homens se afastassem do culto dos ídolos”; terceiro, “para significar a redenção por Cristo e o sacrifício dele, que teve de ser feito”. Do outro fim, que acrescenta o divo Agostinho, falaremos abaixo.

Por quarto, suponho, com o mesmo Agostinho e com a reta posição dos

teólogos, que esses fins são entre si separáveis, de sorte que, destruído um, possam os demais permanecer. Assim, depois do advento de Cristo, cessou o significado do Messias vindouro e, depois de sua morte e da instituição do sacramento da Eucaristia, cessou também o significado de um e outro sacrifício, cruento e incruento; do primeiro, porque já acabado e sem reiteração; do segundo, porém, porque já estabelecido. Permaneceram, todavia, os sacrifícios legais materialmente os mesmos, os quais, consta, estiveram em uso entre os primeiros cristãos convertidos dos judeus e até entre os próprios apóstolos, enquanto a lei não foi mortal, até a plena promulgação do Evangelho.

Por quinto, suponho, como é por si evidente, que, conservada a significação dos futuros mistérios da nova lei, que era prefigurada nas leis antigas, ela não podia ser repetida depois de Cristo, nem por Deus ou pela Igreja, por algum ato administrativo; ser preceituada ou permitida; conteria, em verdade, algo intrinsecamente mau, isto é, a mentira.

Por sexto, suponho que as leis não se tornaram perniciosas só pela introdução de uma lei nova, porque na Judeia e em muitas outras províncias foi introduzida e obrigou e não fez de imediato mortais as legais. Portanto, quanto existe por força daquela lei, outra teria podido durar por todo o orbe e por qualquer tempo, já que não há repugnância maior. Depois (suponho) que aquela lei não se tornou mortal pela ab-rogação da mesma lei, pois a ab-rogação, pela sua própria força e falando de modo geral, torna a obrigatoriedade da lei ab-rogada, mas não proíbe ou torna mortal a observância dela como que material, ou a observação quase material dela ou a permanência no uso introduzido em virtude daquela lei. Assim precisamente o padre Suarez (lib. 9, *de lege divina positiva veteri*, cap. 18, n. 3).

Por sétimo, suponho com o mesmo Suarez (n. 4ss) que a velha lei de fato foi proibida por algum direito acrescido à nova lei; isto, porém, não foi um direito divino natural, já que aquelas coisas materiais não eram intrinsecamente más; nem direito divino positivo, porque na Escritura não se encontra tal proibição feita por Deus, mas só por proibição eclesiástica, a qual nos chegou pelo próprio uso e tradição dos padres, vinda dos primeiros pastores da Igreja. Por isso pode a mesma Igreja sobre ela administrar.

Suponho, por último, com P. Salas e outros (quaest. 103, disp. 22, sect.

2) que é provável também que a lei antiga tenha sido proibida por direito divino, porque contrária (como eles próprios julgam) à lei da graça e com ela incompatível. Não vejo, porém, quão solidamente possa subsistir com solidez, se os fins daquela lei, como supusemos, e seus efeitos sejam separáveis. Mas nós livremente e sem controvérsia admitimos uma e outra opinião, para que possamos satisfazer ao sentir de todos e de cada um. Supostas assim essas coisas...

PROPÕE-SE O PRIMEIRO MODO DE EXPOR EZEQUIEL, A RESPEITO DO GOVERNO DIVINO

Digo por primeiro: É certo que Deus pode em seu direito positivo governar; na verdade é próprio do mesmo poder e de quem a cria, governar na lei. Sob esse aspecto, talvez não pareça dizer nenhum absurdo aquele que interpreta literalmente os preceitos de Ezequiel, como lícitos e honestos não de forma absoluta, mas a partir de uma administração futura. O governar, pois, não elimina nem muda a lei; pelo contrário, supõe-na íntegra e vigente. Em particular, porque o profeta fala apenas de um único lugar, isto é, do templo de Jerusalém, que, prediz, há de ser edificado, e mais ordena que o seja. Nem esse governo, desde que admitido, levará à sua frente algum horror, já que nas coisas mais duvidosas, como nos preceitos da segunda tábua, não uma só vez houve da parte de Deus um governo; veja-se a opinião de nobilíssimos autores, aduzido o celeberrimo exemplo do impiedoso vitimar de Isaac, cuja sentença de morte foi decretada não por outro, senão por aquele que diz: “Não matarás”. Isso, contudo está fora de qualquer controvérsia, que Deus pode administrar nas coisas legais, mantida a distinção que expusemos no quinto lugar. Posto isso, porém, por que não será permitido argumentar assim? Deus pode administrar nas coisas legais; Deus ordena através de Ezequiel que as leis se façam naquele lugar e tempo; portanto naquele lugar e tempo Deus governará nas leis. Nem, pois, ou Deus pode prescrever leis, se não lícitas, ou as leis podem ser lícitas, sem a administração de Deus. Veja-se a ótima passagem do divo Jerônimo, no proêmio dos comentários sobre Oseias, pouco antes do final:

“Responderás: Se Deus manda, nada é vergonhoso” etc. Confirma-se, primeiro, pela admitidíssima regra de todos os teólogos, ou seja, que as escrituras devem ser interpretadas como soam as palavras, a menos que se diga um absurdo. Mas não se segue um absurdo naquele caso, considerado o governo divino. Portanto, o que se prediz acerca daquelas cerimônias deverá se entendido assim como é predito, isto é, próprio e intrínseco a todos os preceitos divinos, por mais difíceis que pareçam, para que se realizem de maneira lícita. Acrescente-se que as cerimônias e sacrifícios legais, considerados em si mesmos, não são intrinsecamente maus, aliás, nem seriam louvados na lei da natureza, nem seriam preceituados na lei escrita. Assim, como hoje são maus, porque proibidos, assim também podem uma que outra vez ser bons, se não se proibirem, o que depende inteiramente da vontade livre e do arbítrio do supremo legislador, Deus. Mas esta vontade divina de nenhuma melhor maneira pode chegar ao nosso conhecimento, a não ser pela revelação autenticamente declarada por um legítimo intérprete da mesma intenção, quais são os profetas canônicos. Portanto, se os sacrifícios legais para aquele tempo e lugar foram revelados futuros a Ezequiel e por ele expressamente declarados, de sorte que não possam ser entendidos de outra maneira, a não ser com expressa violência contra a letra e natural significação, por que não devem ser aceitos, mantida a propriedade natural, se nessa propriedade podem ser lícitos? Em suma, ou o profeta fala sobre o templo e as leis de um tempo futuro, ou sobre os passados, o que com dificuldade pode ser sustentado. Se se der este segundo caso, então se elimina toda a questão. Se, porém, se deve persistir no primeiro, não sei como possa ser entendido o claríssimo texto a não ser sobre as futuras leis, como lícitas, da forma que Deus sabe e pode. Diga, pois, quem assim julgar, com Agostinho (lib. 3, *Confessionum*, cap. 8): “Quando Deus manda alguma coisa contra o costume ou o pactuado do que quer que seja, mesmo que isso nunca tenha sido feito, deve ser feito; ainda que omisso, deve ser estabelecido; e se não tinha sido estabelecido, deve ser instituído. Assim é lícito, em verdade, a um rei no estado em que reina ordenar algo que ninguém antes dele, nem ele próprio nunca ordenara”.

Bastariam, por acaso, as palavras de Ezequiel para provar a administração feita ou que devia ser feita por Deus naquele tempo? É um problema que não pode ser esclarecido senão pela Igreja, única e

verdadeira intérprete das Escrituras. Parece, todavia, que se pode persuadir, sem desprezar o exemplo. Sabemos que Deus administrou outrora, durante a poligamia; mas de onde sabemos isso? Não de outra parte, senão por termos lido em Moisés que Abraão, Jacó e outros religiosos e piedosos homens tiveram muitas esposas. Portanto, se do que foi feito e que não poderia ser feito sem a administração, induzimos uma administração feita, por que de algo que vai ser feito e que não poderia ser feito sem administração, não concluímos que há de ser feita uma administração? Reforça-se ainda a consequência desse argumento com o mistério da mesma administração. Como, com Justino contra Trifão e com outros observa o nosso Mendonça (lib. 1 regum, cap, 1, n. 2), por isso se fez aquela administração, quando tudo acontecia em figuras, para que fosse revelado por símbolos que Cristo Senhor haveria de unir-se às muitas igrejas particulares dos judeus e dos gentios, das quais nascessem, de uma os filhos e os servos, de outra, os filhos e os libertos da graça. Sendo, porém, dupla a poligamia, uma sucessiva, que não necessita de administração, outra simultânea, em que houve administração qual foi, a de Abraão, que teve a um tempo Sara e Agar; para a plena similitude e consenso da figura com o figurado, não parece o bastante que Cristo tivesse desposado primeiro a sinagoga, depois a igreja, o que foi uma poligamia sucessiva, mas (parece) que se exige mais, que ligue a si simultaneamente, algum dia, uma e outra, por alguma administração. Tal, porém, sucederá, se na conversão universal e união de um e outro povo a Cristo, haja uma partilha com o povo dos judeus, que foi a primeira esposa, para que se retenha simultaneamente entre as coisas sacras da segunda e nova alguma sombra das suas coisas sagradas.

DAVI E ISAÍAS PARECEM CONCORDES COM EZEQUIEL

Confirma-se, em segundo lugar, a partir do consenso de outros profetas, que, na época, parecem ter predito isso mesmo. Is 60, tratando da conversão universal dos povos a Cristo e da futura grandeza e majestade crescente ainda da Igreja, assim fala, exultante:

Levanta-te. esclarece-te. Jerusalém: porque chegou a tua luz e a glória do

Levanta te, Sion; levanta te, Jerusalém, porque chegou a tua luz e a glória do Senhor nasceu sobre ti. Porquanto eis aí cobrirão as trevas a terra e a escuridade, os povos; mas sobre ti nascerá o Senhor, e a sua glória se verá em ti. E andarão as gentes na tua luz, e os reis, no esplendor do teu nascimento. Levanta em roda os teus olhos e vê; todos esses se têm congregado, eles vieram a ti, teus filhos virão de longe e tuas filhas se levantarão de todos os lados. Então verás tu e estarás em afluência, e o teu coração se espantará e se dilatará fora de si mesmo, quando se converter a ti a multidão do mar e vier a ti a fortaleza das nações. Uma inundação de réguas de camelos te cobrirá, de dromedários de Madiam e de Efa; todos virão de Sabá, trazendo-te ouro e incenso e anunciando o louvor ao Senhor. Todo o gado de Cedar se ajuntará em ti, os carneiros de Nabiot se empregarão a te servir; eles me serão oferecidos sobre o meu altar de propiciação e encherei de glória a casa da minha majestade.

Isso diz Isaías, do primeiro ao último versículo, no qual apenas os expositores hesitam e com razão. Já que é, pois, firme a opinião de todos, que a fala é sobre não a velha, mas a nova Igreja, ou seja, a cristã e católica, não veem como devam ser levados a ela o gado e os carneiros, para que na casa da majestade de Deus, isto é, no templo e sobre o próprio altar sejam oferecidos. Quem não vê no gado e no carneiro a ser oferecido e imolado sobre o altar de Deus, as oblações e sacrifícios da lei? Os setenta traduzem: “As (vítimas) dignas serão oferecidas sobre o meu altar”. Tigurina: “Sacrificarão sobre a minha ara o que me agrada”. Vatablus: “Subirão ao meu altar em homenagem”. Como e quando, pois, os gados e os carneiros, isto é, os sacrifícios legais serão ofertados e sacrificados numa Igreja cristã e agradarão a Deus? Coagidos por esta dificuldade, todos os comentaristas se transferem para o sentido figurado e alegórico somente neste versículo, já que os demais versículos todos foram interpretados historicamente e ao pé da letra, como soam. Mas se “reis” aí significam propriamente reis e “povos” propriamente povos e “ouro e incenso” propriamente ouro e incenso e “camelos e dromedários” os próprios dromedários e camelos, por que “gado, carneiros, altar e casa de Deus” não significam o próprio gado, os próprios carneiros, o próprio altar e o próprio templo? E isso tudo, todavia, se se admite a exposição proposta,

convém a preceito com Ezequiel, ou seja, os sacrifícios e as oferendas outrora, por divina disposição, naquele tempo e casa de Deus, não eram judaicos, mas cristãos, e é disso, claro, que Isaías fala.

Canta o régio vate, no salmo 50, em cuja parte final parece ter compreendido o encadeamento e a como história de todo o assunto, distinguindo três tempos e precisamente as diferenças dos sacrifícios, uma no pretérito estado da sinagoga, outra na igreja presente e uma terceira na união de ambas, quando a sinagoga, já penitente e convertida à fé, se unir perfeitamente, com a igreja, a Cristo. Assinala o profeta o primeiro tempo e os primeiros sacrifícios, quando diz: “Livrai-me dos sangues, ó Deus, ó Deus de minha salvação. Deus salvador meu!”. Assim o divo Atanásio entende por sangues os sacrifícios cruentos da lei antiga, dos quais Davi pede que seja livrado por ineficazes para a concessão da graça, e espera isso não de um Deus qualquer, mas de um Deus nominalmente de sua salvação, de um Deus Salvador, isto é, Cristo, pelo qual pretendia fossem suspensos todos os sacrifícios cruentos e que fossem comutados em um só incruento. O segundo tempo e a segunda diferença do mesmo sacrifício mostra, quando diz depois: “Porque se quisesses um sacrifício eu o faria sempre; mas não te comprazes nos holocaustos”. Aí reconhece o divo Jerônimo o término dos velhos sacrifícios, como que promulgado pelo profeta, o qual, por saber de antemão o novo mistério e prevenindo em espírito o tempo futuro, declarou ele próprio também a renúncia aos mesmos sacrifícios; em todo o caso, ele os ofereceria de bom grado se não lhe constasse com certeza a vontade contrária de Deus, que já não queria tais sacrifícios, a ponto de neles já não se comprazer, em que fossem aceitabilíssimos a todos.

Um terceiro tempo, enfim, designa o profeta, quando expõe: “Na vossa bondade derramai sobre Sião os vossos benefícios; reedificai os muros de Jerusalém”. Aí, consoante Basílio, Crisóstomo, Teodoreto e Eutímio, prediz-se a renovação ou a reedificação do templo e da cidade de Jerusalém, cujas muralhas (diz Cartusiano) Davi viu em espírito que muitas vezes haveriam de ser destruídas. Essa restauração, porém, nenhuma outra consequentemente pode ser senão aquela que supomos ainda futura; depois, na verdade, que Deus já não quis os sacrifícios nem se aprouve nos holocaustos, isto é, depois da extinção da velha lei e da instituição da nova, sendo que Jerusalém destruída e devastada pelos romanos, nunca

mais foi reconstruída. Mas, qual, a esse momento do tempo, há de ser a diferença dos sacrifícios, bastante claro parece o profeta discernir, ao dizer, em seguida: “Aceitarás então os sacrifícios legítimos, as oblações e os holocaustos; os novilhos serão imolados sobre teu altar”. Pelo nome de “sacrifícios legítimos”, por comum opinião de Ambrósio, Cipriano, Pascasio, Arnóbio, Salmerão e outros, entende-se propriissimamente o santíssimo sacrifício do corpo e sangue de Cristo, cuja virtude singular é o justificar, ou conceder justiça e graça, efeito de que careciam todos os demais sacrifícios. Mas se por esse só sacrifício aqueles todos foram abolidos ou derogados, como agora o mesmo Davi, que pouco antes dissera: “Não te deleitarás com os holocaustos”, declara que os mesmos holocaustos devem ser de novo aceitos e com “os sacrifícios legais”, isto é, do corpo e do sangue de Cristo e acrescenta também “as oblações, os holocaustos e os novilhos”, que eram sacrifícios próprios da lei antiga e derogada? Por certo, se se admite a administração divina, nada mais adequada ou expressamente pode ser dito, para confirmar o sentido de Ezequiel e para declarar a concordância de ambos os ritos: “Aceitarás então”, disse, “sacrifícios legítimos [...]. Os novilhos serão imolados sobre teu altar”. Da mesma forma que no hodierno sacrifício da missa, quando a hóstia sagrada se eleva para ser adorada, queimamos-lhe o incenso e adoramos a divindade aí latente com o fumo subindo para o alto e reconhecemos assim também, quando o mesmo mistério se celebra no templo de Jerusalém, que parece que não de ser cremados, ao mesmo tempo, os cordeiros e os novilhos, para que o fumo dos mesmos sacrifícios, que outrora subia à presença de Deus em odor de suavidade, suba também à presença de Cristo adorado, e com este rito confessem os judeus a divindade, que hoje negam, duplamente oculta sob o véu eucarístico. Na verdade, nenhuma confissão maior da verdadeira fé, vinda de um homem judeu, pode ser esperada ou desejada, se imolam as suas vítimas àquela vítima e seus sacrifícios àquele sacrifício.

Mas, embora esta só razão possa parecer bastante àquela administração que se propõe, todavia o profeta imputa toda essa diferença e mudança das coisas somente à vontade de Deus. Sobre os sacrifícios abolidos diz: “Porque se tivesses querido”; e, sobre as mesmas coisas que devem ser renovadas: “Em tua bondade faz”. Com efeito, naquilo que não depende do arbítrio humano, mas só do divino, como diz Agostinho, toda a razão

do fato é a vontade do que faz. Suposta, pois, esta vontade de suprema liberdade e poder divino, suprime-se toda a dificuldade; far-se-á e sem dúvida será feito o que se queira e será lícito e honesto, não obstante qualquer lei contrária, mesmo sua e por ele próprio decretada. Doutra e elegantemente disse o mesmo Agostinho, ao tratar deste assunto (quaesr. 36 in *Iudices*): “Assim Deus estabeleceu aquelas coisas legítimas, para que desse as leis, não para si, mas para os homens”. Nem dessa administração divina se segue que, de alguma forma, venhamos a cair, como discutia o divo Jerônimo, no erro de Cerinto e de Eubião. Uma coisa é administrar na lei, outra, instituir a lei; uma, é permitir algo a um povo em respeito a um só lugar, outra obrigar todos os povos, em todo o orbe, a uma lei universal; uma coisa é transferir, por um motivo, algo material para uma finalidade diversa, outra, manter formalmente a mesma e crer que é totalmente necessária à salvação. E isto é o que Eubião e Cerinto, ímpia e pertinazmente sustentavam não só no seu tempo e alguma vez para o futuro.

REFUTA-SE A OPINIÃO DO PADRE GRANADO E EXIBE-SE A ELE O VERDADEIRO CONHECIMENTO DA BARBÁRIE DOS BRASÍLICOS

A ponto de responder, em último lugar, aos autores alegados para a mesma opinião, devo iniciar pela ignorância invencível sobre Deus, na qual muitíssimos dos bárbaros brasílicos ainda se encontram, de sorte que como agimos a respeito da América hispânica, ou antes, castelhana, assim a respeito da lusitana, feita esta nossa mesma demonstração (na qual deve enfim resolver-se toda a questão), os fundamentos menos sólidos dessa opinião contra as testemunhas experimentais postas ante o autor e por ele rejeitadas serão breve, mas radicalmente destruídos.

Deve-se, portanto, supor como certo que os “índios” brasílicos ou o racional deles, por assim dizer, costumam ser divididos e distintos, de forma mais cômoda, principalmente em duas classes: a primeira é a daqueles que são denominados pela língua geral e são, a seu modo, mais polidos e têm aptidão para entender os mistérios cristãos, não, é verdade,

em seu pleno conceito, mas não de todo rude. A respeito dos chilenes e dos salomões Botero observa, como indício da enorme ignorância (4 part. Relat. *Univers.* lib 3) que não sabiam contar além de cinco, na qual habilidade, contudo, os nossos levavam vantagem, pois estendem os seus números apenas até três. Sucedeu pela divina providência, como é lícito pensar piedosamente, que nem em tamanha carência de saber lhes faltasse com abundância o nome santíssimo da Trindade (no próprio batismo e fora dele) e a capacidade de entender e reverentissimamente invocá-lo.

A segunda classe é a dos outros que se chamam tapuias, por extremo bárbaros, sem domicílio, sem plantações, vagando por florestas e desertos, à maneira das feras, alimentando-se dos frutos que nascem naturalmente e saciando a avidez da fome e do ventre com a caça. Da humanidade destes até já se duvidou outrora, de sorte que foi preciso ser declarado pelos sumos pontífices e ser definido que eram animais racionais, não brutos. Como, portanto, poderiam estas gentes saber algo de Deus, quando desconheciam os povos por que fossem homens? Pela declaração de alguns (há em verdade confiabilíssimos capazes desta investigação) e por outros indícios confirmados por longa experiência, sabemos, quase com evidência, que nunca lhes veio à mente a mínima ideia de Deus, e isso antes que tivessem ouvido o que fosse a respeito da divindade. Mas o que acontece após uma frequente catequese sobre Deus? Não só demonstram sua ignorância invencível, antes dela, como a manifestam de todo insuperável depois dela, por muitos dias e até meses. Em verdade não fazem nenhuma ideia acerca do que ouviram (para usar uma frase dos missionários). Como, afinal, podem entender os discursos elegantes de um fato longínquo, quando estamos sujeitos a nos enganar, ao julgarmos outros homens do nosso meio. Como deveríamos primeiro conhecê-los e depois julgá-los. Contra estes testemunhos oculares, uma coisa se apresenta, a partir do Sap. C. 13, cujas palavras devem ser necessariamente repetidas pelo autor; são estas: “São porém vãos todos os homens, nos quais não se acha a ciência de Deus e os quais, pelas coisas boas que se veem, não puderam conhecer aquele que é, nem considerando as suas obras reconhecer quem era o artífice”. Até aqui, ele; mas já numa questão anterior mostramos que encontrar o criador através das criaturas e conhecer o artífice pelas obras pertence aos linceas, não às toupeiras, isto é, aos homens estudados nas disciplinas das ciências ou superiores, ao menos,

pela grande acuidade do talento, mas não aos rudes e por extremo bárbaros de que falamos, criados nas florestas, entre animais selvagens, nem muito dessemelhantes deles. Mas se as próprias palavras forem ponderadas com justeza, a respeito de todos estes que desconhecem a Deus, temos manifestamente provada ou decerto descrita uma ignorância invencível. O que dizem, pois? “Pelas coisas boas que se veem não puderam”, dizem, “entender aquele que é.” Certamente, se naquelas coisas que se veem, não puderam conhecer aquele que é, isto é, Deus, é claro que o ignoram invencivelmente, pois que outra coisa é ignorar invencivelmente, senão ignorar e não poder saber? E o que é uma ignorância invencível, senão uma ignorância com impotência e incapacidade de saber aquilo que se ignora? Dirão ser aqui o mesmo não podido e não ter querido, mas essa exposição não constrói, senão destrói o texto, principalmente quando a versão grega reza não realmente não ter querido, mas expressamente não tivesse querido. A razão é que aquelas palavras são proêmio das coisas que se vão dizer, ao longo de três capítulos inteiros que se seguem, nos quais são descritos com esmero todos os tipos de ignorar a Deus. O primeiro lugar é devido àquela ignorância em que se ignora inocentemente a Deus e não ofende. Mas se há insistência em que as palavras aí não se sustentam, sustenta-o, contudo, o autor com quem tenho a ver, já que acima o mesmo texto é por ele referido. Mas avancemos.

As palavras que se seguem àquelas são: “Mas reputaram por deuses governadores do universo, ou o fogo, ou o espírito, ou o ar agitado, ou o giro das estrelas, ou a imensidade das águas, ou o Sol, ou a Lua”. Onde fica patente que por estas que se seguem devem ser explicadas as que precedem; digo mais, não só devem ser explicadas, como estar concordes, já que ambas foram claramente expressas e não podem ser contraditórias. Dado, porém, sem controvérsia, que umas e outras palavras devem harmonizar-se entre si e que tudo deve ser entendido a respeito dos que cultuavam os ídolos, nada aproveita daí a opinião contrária, nem pode inferir ou lançar alguma coisa contra os brasílicos. Estes, por certo (talvez os únicos nessa feliz ignorância), não cultuam ídolos, nem se encontraram entre eles, desde o início, vestígios dessa falsa latria. Daí que, com bela e verdadeira observação, foi notado por antigos historiadores que não havia no idioma deles estas três letras F, L, R, como se Deus, que ensina e distribui todas as línguas, tivesse querido declarar, por arcano desígnio,

que esses povos, como realmente são, não tinham nem fé, nem lei, nem rei. Donde se conclui que o supracitado texto ou, numa primeira parte, prova a ignorância invencível em favor dos brasílicos, ou, numa segunda, nada prova contra eles.

Resta apenas o tema do mesmo proêmio: “São vãos todos os homens”, o que pode, com extrema propriedade, ser aplicado aos brasílicos, ou porque, aos brasílicos, digo, sobre os quais é verdade o que diz o salmo 23,4: “Receberam em vão a sua alma”;⁵ ou pelo que pensou, com imaginação, sobre os sórdidos rebanhos, um historiador da natureza, que lhes foi dada uma alma, por brincadeira. E o que é ter uma alma em vão, senão ser dotado de uma alma racional e, contudo, não poder raciocinar? Esta necidade de mente a tal ponto é inata nos bárbaros brasílicos, que das inúmeras razões pelas quais ataca os adoradores dos ídolos, ao longo de três capítulos inteiros, nenhuma quase há que chegue ou alcance o entendimento deles, como ficará claro ao leitor, a partir do que foi dito.

RESPOSTA DA OPINIÃO CONTRÁRIA DO AUTOR, EMBORA MAIS MODERADA MAS NÃO ADMITIDA E POR QUAL RAZÃO

Responde, pois, P. Granado: que se poderia acreditar nisso que diz respeito ao juízo verdadeiro que tivessem feito sobre Deus; não, porém, a respeito de alguma dúvida que, vez por outra, tivessem tido acerca de seu criador e acerca da obrigação de agradar-lhe ou de investigá-lo. Assim ele (diz) com admirável presunção, em verdade, a respeito da fala e do juízo desses povos, e com maior presunção ainda naquelas coisas que sobre eles supõe, do que naquilo que ele constante nega. Com efeito, para conhecer verdadeiramente a Deus, o que ele lhes nega, basta a filosofia; mas respeito àquelas coisas que presume e supõe, é necessária tal teologia, que requer a obrigação de agradar a Deus e de duvidar culposamente dele; a obrigação supõe o preceito; o preceito e a obrigação conduzem ao pecado; o pecado despreza a Deus ou a sua lei; para isso não basta alguma dúvida, a fim de obrigar a consciência. Certamente, antes dos Silvestros e dos Tabienas, não só a Judeia, mas todo o povo cristão também, nem levava semelhantes

escrúpulos aos tribunais da confissão, nem derivava daí tais obrigações. Quanto àquela de investigar a Deus, o que pode ser feito, provam, só por um preceptor, pesquisando, pergunto donde (virá) esse preceptor e a quem poderá perguntar e investigar, quando todo o rebanho deles, sem pastor, é da mesma lã e da mesma cor. Porque, se acaso deparassem vestígios de outro homem, investigariam com a força dos cães para os odores, a maior que pudessem, não pela doutrina, mas por carnificina, a fim de, comendo-o festivamente, dele se saturarem e não para serem doutrinados por ele.

Venhamos, enfim, aos autores da mesma opinião e respeitáveis. O que Crisóstomo, Agostinho e Damasceno, nominalmente citados, poderiam declarar sobre os bárbaros brasílicos e os demais americanos cujo conhecimento à posteridade tardia dos mesmos padres, depois de dez séculos completos, dificilmente seria possível? Cícero, cujo nome também aí se insere, definiu otimamente os homens, não por sua diferença, mas pelas dos animais. Assim diz (lib. 3 *Offic.*):⁶ “Entre o homem e o animal existe esta máxima diferença: que este é estimulado apenas pelo sentido e para só o que é presente e acomoda a si o que é presente, e pouco se lhe dá do pretérito e do futuro. O homem, porém [...]” etc. A respeito também dos brasílicos menos bárbaros, nada foi declarado e observado pelos portugueses, mas, pelo contrário, celebraram-se a sua preguiça e inércia, pela qual nenhuma preocupação havia neles todos com o dia de ontem, nem qualquer providência sobre o dia de amanhã.

Mas aos demais autores alegados, que são de nossa época e de nossa escola e defendem a mesma opinião, que direi? Uma só coisa digo; eles estão na Europa e da Europa escrevem. Lembrar-se-ão com quanta diferença são acreditadas ou avaliadas as coisas lançadas aos ouvidos ou que são expostas aos olhos fiéis? Ó quanto importa que alguém sumamente sábio julgue aquilo sobre que se deve filosofar, se por extremo remoto; ou que outro menos douto, mas que observa de perto e diante das coisas como elas são! Oxalá (o que constantemente pedimos ao Senhor da messe) como ele próprio ensinou, oxalá, digo, dos doutíssimos mestres da Europa, que tão facilmente em seus livros prometem que por Deus será enviado um pregador ao bárbaro ignorante, oxalá sejam enviados eles mesmos! Certamente mais fácil é que os sapientíssimos, piedosos homens que anunciam a perfeição sejam enviados para pregar do que trazer o bárbaro e infiel à fé. Que venham, portanto, e sendo a experiência o juiz,

ficará assente se querem nos ensinar de outra maneira ou se querem eles próprios consentir conosco. É preciso, pois, que vós, os mais brilhantes dos teólogos, vos deis conta de que há um imenso abismo entre vossos juízos e os nossos olhos, e talvez maior do que o próprio oceano que nos separa.

* Tradução do latim por Anna Lia Prado, pp. 77-89 do original. (N. E.)

** Padre Carlo Antonio Casnedi. Ver nota 88 da introdução. (N. O.)

*** Tradução do latim por Ariovaldo Augusto Peterlini, pp. 190--4, 197-203, 232-3, 292-7, 422-5 do original. A tradução dos textos bíblicos, exceto a dos Salmos, se deve ao trabalho clássico do padre António de Figueiredo, que, supõe-se, mais se aproxima dos textos da Vulgata utilizados por Vieira. (N. E.)

1 Texto corrupto: *a se erat*. [As notas numeradas são dos tradutores.]

2 Hab 3,15. Não consta da atual edição da Vulgata “*et quadrigae tuae salvatio*”, além de obrigar o leitor a buscar um verbo para *salvatio*.

3 O texto de Propércio era, segundo edição atual: *Et qui movistis duo litora cum ratis Argol dux erat ignoto missa columba mari*: “E vós deslocastes as duas orlas do mar, quando era guia do navio, sobre o mar desconhecido, a pomba enviada por Argo” (Propércio, II, 26, 39-40). Esses versos aludem aos ventos que separavam, lendariamente, os dois rochedos flutuantes (simplégades) que, embatendo-se um contra o outro, ao sabor das ventanias, impediam a passagem segura dos navios entre eles. Argo teria enviado à frente de seu navio uma pomba que lhe mostraria o momento oportuno para a travessia.

4 No texto de Dn 7,26-7, citado por Vieira, há uma lacuna, de acordo com a edição conhecida da Vulgata: O reino, porém, e o poder e a grandeza do reino, *que está debaixo de todo o Céu*, sejam dados... [*quae est subter omne caelum*].

5 Parece que Vieira adaptou a Vulgata: *qui non accepit in vano animam suam* — “que não recebeu em vão a sua alma”.

6 É de crer que Vieira se enganou na localização do texto do *De officiis*, que devia ser lib. 1, 4, 11.